

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

MEIRE DE FÁTIMA VILA

**PESQUISA
ENCAMINHAMENTO BÁSICO**

Londrina
2008

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL

MEIRE DE FÁTIMA VILA

PESQUISA
ENCAMINHAMENTO BÁSICO

Material Didático apresentado ao Curso
PDE – SEED, na área de Pedagogo,
encaminhado pela Universidade Estadual
de Londrina.

Orientadora: Prof. Mda Sílvia Alves dos Santos

Londrina
2008

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO PESSOAL.....	4
2. PESQUISA.....	7
2.1 Apresentação.....	7
2.2 O que é Pesquisa?.....	9
2.3 Para que Pesquisar?.....	11
2.4 Dificuldades para o Encaminhamento de uma Pesquisa.....	12
2.5 Como Encaminhar uma Pesquisa?.....	15
3. RELATÓRIO.....	44
3.1 Estrutura do Trabalho Científico.....	44
3.2 Relatório da Pesquisa.....	45
3.3 Monografia.....	45
3.4 Artigo Científico.....	49
3.5 Resenha Bibliográfica.....	51
3.6 Resumo Técnico Científico.....	53
3.7 Fichamento.....	55
4. NORMAS.....	56
4.1 Citações.....	56
4.2 Referências.....	57
4.3 Bibliografia Consultada.....	60
5. MODELO.....	61
5.1 Projeto.....	61
5.2 Artigo Científico.....	75
6. BIBLIOGRAFIA.....	99
6.1 Sugestões Bibliográficas.....	99
6.2 Referências.....	101

7. ARTIGOS SUGERIDOS.....	104
---------------------------	-----

1. APRESENTAÇÃO PESSOAL

Sou Meire de Fátima Vila, nascida na cidade de Tuneiras do Oeste, estado do Paraná, em 17 de junho de 1969. Filha de Ana Maria Vila e Vandir Valdes Vila. Hoje, residente na cidade de Rosário do Ivaí, região norte do Paraná. Profissionalmente, atuo na Equipe Pedagógica do Colégio Estadual José Siqueira Rosas – Ensino Fundamental e Médio, exercendo a função de Professora Pedagoga. Minha formação acadêmica é Pedagogia com habilitações em Orientação Educacional e Disciplinas Pedagógicas do Magistério, com especialização em Educação Especial – DM; Psicopedagogia; Administração, Supervisão e Orientação Educacional; Educação Infantil.

Iniciei minha carreira na educação em 1994, como Orientadora Educacional, através de concurso público estadual. Em 1996, fui efetivada também como Professora de Didática e Prática de Ensino no Curso de Magistério com mais 20 horas, através do concurso público estadual, realizado no ano de 1995. Com a cessação do curso de Magistério, houve a transposição desse padrão para Equipe Pedagógica, somando então 40 horas no mesmo cargo.

Fui Diretora – auxiliar no período de 1998 a 2001 e Diretora no período de 2002 e 2003. Retornei para a Equipe Pedagógica em 2004, permanecendo até início de 2007. Neste período, após seleção através de concurso por meio de provas escritas e de títulos, fui licenciada, para estudos através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), promovido pelo governo do Estado do Paraná em Instituições de Ensino Superior (IES).

Ingressei então no PDE, realizando estudos na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi um ano de desafios, tendo que superar os obstáculos com muito estudo e reflexão teórica.

No dia a dia da escola surgem as inquietações que nos incomodam, porém não conseguimos dar pausa para uma reflexão mais profunda, buscando causas e efeitos, bem como intervenções para mudanças. O tempo passa tão rápido e se torna tão escasso, que mal damos conta das tarefas rotineiras.

Ficamos então, atrelados à prática cotidiana. O PDE oportunizou a mediação teoria e prática, partindo das inquietações. Possibilitou observar a escola com um novo olhar, já que não estamos envolvidos em seus conflitos diários.

O projeto de pesquisa e intervenção, que desenvolverei posteriormente, surgiu a partir das inquietações e indagações que vivencio em minha prática pedagógica. No primeiro momento a minha preocupação voltava-se para o geral da escola. Apesar de constar no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) as atribuições de cada membro de acordo com a função que desempenha, a escola ainda é desorganizada no cumprimento das atividades diárias. Há ainda, desvirtuamento de papéis, somando-se à carência funcional e a falta de comprometimento de alguns. Incluem-se aqui, profissionais, alunos e pais.

Esses fatores têm causado disfunções profissionais e indisciplina no interior da escola, tornando o trabalho árduo e estressante para muitos. Podemos observar, no entanto, que há problemas dessa ordem em todos os setores da escola, desde os alunos até a direção e instâncias colegiadas.

É preciso definir não apenas em documentos, mas na prática escolar, o que cabe a cada um fazer, sem responsabilizar demais ou de menos um ou outro.

A partir dessas indagações e inquietações, a Orientadora Prof. Mda Sílvia Alves dos Santos, levou a reflexões intermediando teoria e prática, com sugestões bibliográficas para leituras e estudos. Após várias leituras e reflexões chegamos à conclusão que essas inquietações são muito amplas para uma pesquisa. Foi-se então afinando até chegarmos ao papel do Pedagogo, que também vivencia a mesma situação e é o articulador do processo ensino-aprendizagem. É preciso então, situá-lo no ambiente escolar e conseqüentemente situar toda a comunidade escolar.

Após a socialização do plano de trabalho com os pedagogos por meio do Grupo de Trabalho em Rede (GTR) e também com a turma de Pedagogia e Gestão do PDE na IES, observamos que o Pedagogo está sendo descaracterizado em seu papel, por meio do cumprimento de múltiplas tarefas alheias à sua função. São diversas atribuições, correlacionadas a diferentes funções. Com isso, está se voltando a maior parte do tempo, ao imediatismo, deixando de lado questões mais amplas que merecem estudos e intervenções coletivas para que o ensino aprendizagem realmente aconteça de forma inclusiva.

Por isso, a temática do Projeto foi definida como: O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola. Portanto, a proposta apresenta o papel do pedagogo na escola, como objeto de pesquisa e intervenção.

Como Material Didático, foi sugerida pela Orientadora a idéia de construção de um CD incluindo o tema Pesquisa, que poderia partir das nossas dificuldades ao elaborar o projeto de pesquisa. Com essa idéia, retomamos a prática escolar, relacionando as dificuldades pertinentes ao tema observadas no interior da escola.

A problemática levantada levou à produção de um CD organizado em pastas e documentos, buscando responder questões que se confundem durante o processo de encaminhamento, realização e conclusão de uma pesquisa. Porém, não sendo possível a inserção no programa para publicação (SACIR), o material foi reestruturado no presente documento, perdendo algumas características.

Londrina, 02 de fevereiro de 2008.

2. PESQUISA

2.1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho deu-se como resultado da prática observada em escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio em que o termo “pesquisa” é utilizado de forma generalizada.

Os trabalhos escolares extra classes são denominados pesquisas, mas geralmente são realizadas cópias de livros e enciclopédias, quando não o são retirados integralmente da Internet, até mesmo em sites não confiáveis.

No entanto, não são apresentados a fundamentação ou embasamento teórico. As cópias tornam-se produção do aluno, que ainda não tem noções de plágio.

A prática apresentada tem contribuído para vícios acadêmicos, levando o aluno, muitas vezes a concluir o Ensino Médio sem a segurança para desenvolver a sua própria produção com a organização exigida para uma pesquisa, respeitando e aprofundando as teorias já existentes.

Por outro lado, percebe-se a preocupação de professores em desenvolver nos alunos a integração à pesquisa científica, mas são esbarrados em dificuldades como formação limitada ao tema, dificultando a orientação ao aluno; materiais disponíveis sobre o assunto na escola desatualizados e com vocabulário muito técnico, além de outros empecilhos habituais para se desenvolver uma pesquisa.

Consequente aos fatos apresentados, esse material propõe o encaminhamento básico para uma pesquisa. O conteúdo poderá ser aprofundado através das referências bibliográficas propostas. É direcionado a professores, podendo também ser utilizado por alunos, adaptando-o de acordo com o nível de entendimento da série ou curso.

As obras citadas são referenciais teóricos. Cabe ao pesquisador lembrar que a elaboração e digitação de trabalhos científicos devem seguir o padrão de normas estabelecido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que são passivas de mudanças.

Portanto, deverão ser consultadas edições atualizadas, identificando as possíveis alterações ocorridas.

Exemplo: SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico, a primeira obra foi editada em 1941, consta atualmente com 23 edições, sendo a última editada em 2007, revisada e atualizada. O ideal é que seja utilizada a 23ª edição para a elaboração do trabalho científico.

2.2 O QUE É PESQUISA?

Podemos, conceituar a pesquisa como uma atividade proposital, que tem como objetivo buscar respostas às inquietações interrogativas, partindo do senso comum para o campo científico, construindo um novo conhecimento ou ainda afirmando ou contrapondo o conteúdo já existente.

Vejamos o conceito de pesquisa apresentado por alguns autores:

Pescuma (2005, p. 12), define Pesquisa como: “um conjunto de atividades, tais como buscar informações, explorar, inquirir, investigar, indagar, argumentar e contra-argumentar”.

Dalarosa (1999, p. 102), argumenta:

“A pesquisa constitui, portanto, a busca, a investigação, movida pela necessidade de solucionar um determinado problema. Esta busca sistemática, planejada e rigorosa consiste na pesquisa”.

Ao conceituar Pesquisa, Demo (2003, p. 11), faz uma análise crítica, alertando para a necessidade de desmistificar seu conceito. Para ele,

“o processo de pesquisa está sempre cercado de ritos especiais, cujo acesso é reservado a poucos iluminados. Fazem parte desses ritos especiais certa trajetória acadêmica, domínio de sofisticadas técnicas, sobretudo de manejo estatístico e informático, mas principalmente o destaque privilegiado no espaço acadêmico: enquanto alguns somente pesquisam, a maioria dá aulas, atende alunos, administra”.

Portanto, em seu

“posicionamento compreende a pesquisa não só como busca de conhecimento, mas igualmente como atitude política [...]. Pesquisa é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo que é, na base de qualquer resposta emancipatória” (DEMO, 2003, p. 16).

Complementa ainda que a “Pesquisa deve ser vista como processo social que perpassa toda vida acadêmica e penetra na medula do professor e do aluno” (DEMO, 2003, p. 36).

Severino (2007, p. 24-25), ao conceituar a pesquisa responde à questão “o que vem a ser produzir conhecimento?”. Afirma então o seguinte:

O que se quer dizer é que conhecimento se dá como construção do objeto que se conhece, ou seja, mediante nossa capacidade de reconstituição simbólica dos dados de nossa experiência, apreendemos os nexos pelos quais os objetos manifestam sentido para nós, sujeitos cognoscentes... Trata-se, pois, de redimensionar o próprio processo cognoscitivo, até porque, em nossa tradição cultural e filosófica, estamos condicionados a entender o conhecimento como mera representação mental, mas esta não é o ponto de partida do conhecimento, e sim o ponto de chegada, o término de um complexo processo de constituição e reconstituição do sentido do objeto que foi dado à nossa experiência externa e interna.

Pesquisa 1. Ato ou efeito de pesquisar. 2. Investigação e estudo, minuciosos e sistemáticos, com o fim de descobrir fatos relativos a um campo de conhecimento (FERREIRA, 2001, p. 568).

Pesquisa se define aqui sobretudo pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal da renovação científica (DEMO, 2003, p. 34).

2.3 PARA QUE PESQUISAR?

A construção do conhecimento se dá por meio de pesquisas. Por isso, pesquisar é um meio para obter conhecimento, possibilitando “resolver problemas específicos, gerar teorias ou avaliar teorias existentes”. (RICHARDISON, 2007, p. 16).

Para Demo (2003, p. 34),

a pesquisa é fundamental para descobrir e criar. É o processo de pesquisa que, na descoberta, questionando o saber vigente, acerta relações novas no dado e estabelece conhecimento novo. É a pesquisa que, na criação, questionando a situação vigente, sugere, pede, força o surgimento de alternativas.

Pescuma (2005, p. 12), expõe os seguintes objetivos para a pesquisa:

“solucionar e esclarecer dúvidas e problemas; comprovar hipóteses; elaborar, reconstruir, ampliar conhecimento ou conjunto de conhecimentos e criar conhecimento novo, fidedigno, relevante teórica e socialmente, que ultrapasse o entendimento imediato, indo além dos fatos; fundamentar escolhas e orientar ações”.

Portanto, para a realização de uma pesquisa, são necessárias algumas atitudes de pesquisador, tais como:

- . Capacidade de autocrítica;
- . Condições de aceitação e análise às críticas exteriores;
- . Desejo de investigação no campo do conhecimento;
- . Disciplina ao estudo;
- . Persistência;
- . Paciência;
- . Conhecimento prévio do assunto.

2.4 DIFICULDADES PARA O ENCAMINHAMENTO DE UMA PESQUISA

Durante a realização de uma pesquisa, poderão surgir algumas dificuldades que deverão ser superadas. Isso exige do pesquisador, organização, disciplina, autoconfiança e persistência.

Dentre as dificuldades, podemos destacar as mais comuns:

. **Problemática** – ao definir a problemática, o pesquisador encontra-se diante de um rol de questões. Neste momento é preciso definir com clareza o que se quer pesquisar. Qual a prioridade diante das diferentes questões incluídas no mesmo tema?

Se não houver essa delimitação, o pesquisador poderá ao longo do processo perder de vista o objeto de pesquisa.

. **Metodologia** – a metodologia é o caminho a percorrer. Porém, há uma confusão ao defini-la. O pesquisador poderá se ver perdido entre métodos de pesquisa e recursos ou procedimentos a serem utilizados. Para isso, precisa ter clareza de onde partir e onde se quer chegar, definindo o enfoque teórico, a abordagem e o método que melhor integra à intenção da pesquisa. A partir daí, classificar os procedimentos, técnicas e recursos coerentes à linha da pesquisa.

Richardson (2007, p. 22), distingue método e metodologia da seguinte forma:

“[...] método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo, distinguindo-se assim, do conceito de metodologia, que deriva do grego métodos (caminho para chegar a um objetivo) + logos (conhecimento). Assim, a metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método. Por exemplo, o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A metodologia são as regras estabelecidas para o método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos etc”.

. **Leitura** – a leitura é fundamental para a realização de uma pesquisa. “A maior parte dos conhecimentos é obtida através da leitura, que possibilita não só a ampliação, como também o aprofundamento do saber em determinado campo cultural ou científico” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 15).

É necessário que o pesquisador tenha conhecimento do que existe a respeito, contrapondo as idéias de diferentes autores. Por isso, é preciso dedicação à leitura, que só é adquirida através do hábito de ler no dia a dia.

Só supera o problema de leitura praticando-a.

A leitura constitui-se um dos fatores decisivos do estudo e imprescindível em qualquer tipo de investigação científica. Favorece a obtenção de informações já existentes, poupando o trabalho da pesquisa de campo ou experimental (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 15).

Durante o processo de leitura, algumas técnicas são importantes:

1 – Manter-se com um dicionário ao lado, buscando consultá-lo sempre que aparecer no texto palavras desconhecidas;

2 – Definir cronograma de leitura de acordo com as necessidades biológicas, psicológicas e de tempo do pesquisador. Ou seja, definir a partir do tempo disponível para a leitura, a melhor hora para a concentração e entendimento daquilo que lê. Isso varia muito de pessoa para pessoa;

3 – Definir autores, capítulo e seqüência de leitura, de acordo com a exigência do tema a ser pesquisado;

4 – Fazer resenhas ou fichamentos de cada obra estudada. “Não se trata propriamente de um trabalho de elaboração, mas de um trabalho de extração de idéias [...]” (SEVERINO, 2007, p. 204).

. **Falta de Colaboração dos Sujeitos Pesquisados** – muitas vezes, na pesquisa de campo, são ocultados dados importantes para o pesquisador. Isso se dá por receio em prejudicar a si ou ao grupo destinado à pesquisa, com relação à utilização desses dados posteriormente. Em conseqüência, poderá haver uma discordância entre a observação realizada pelo pesquisador e as informações obtidas através das técnicas de pesquisa (entrevista, questionário, etc.).

Considerando a existência desse fator, faz-se necessário uma análise profunda do pesquisador por meio de técnicas que possam definir melhor as suas conclusões.

“As dificuldades encontradas não poderão ser empecilhos para o pesquisador, mas um desafio a ser superado, que abrirá horizontes para novas pesquisas”.

2.5 COMO ENCAMINHAR UMA PESQUISA?

Para encaminhar uma pesquisa, é necessário ter clareza da metodologia definida no Projeto de Pesquisa. O encaminhamento da pesquisa dependerá do enfoque teórico a ser utilizado, bem como dos recursos e cronograma apresentados. Portanto, o projeto de pesquisa é considerado como estratégia para o estudo e desenvolvimento do trabalho. Por isso, é preciso delimitar com clareza cada tópico do projeto.

O projeto tem a função de disciplinar o trabalho de pesquisa. Portanto, é primordial a sua elaboração.

Conforme Lakatos; Marconi (2001, p.99),

o projeto é uma das etapas componentes do processo de elaboração, execução e apresentação da pesquisa. Esta necessita ser planejado com extremo rigor, caso contrário o investigador, em determinada altura, encontrar-se-á perdido num emaranhado de dados colhidos, sem saber como dispor dos mesmos ou até desconhecendo seu significado e importância.

Segue abaixo um roteiro básico para a elaboração de um projeto de pesquisa:

1. Tema

O tema delimita o assunto da pesquisa. Será definido de acordo com o conteúdo a ser desenvolvido. Poderá utilizar como referência a pergunta: Qual é o objeto da pesquisa?

Embora seja o primeiro item, na elaboração do projeto, será o último item a ser definido.

Para a delimitação do tema, poderão ser utilizados o enfoque, o espaço geográfico e o tempo histórico.

Exemplo: O Papel da Escola Pública na Sociedade Contemporânea.

Salvador (1980, p. 46-48) argumenta que a delimitação do assunto implica em:

- A) **Distinguir o sujeito e o objeto da questão.** “O sujeito é a realidade a respeito da qual se deseja saber alguma coisa. É o universo de referência. Pode ser constituída de objetos, fatos, fenômenos ou pessoas a cujo respeito faz-se o estudo com dois objetivos principais: ou de melhor apreendê-los ou com a intenção de agir sobre eles.” “O objeto de um assunto é o tema propriamente dito” Corresponde àquilo que se deseja saber ou realizar a respeito do sujeito. “É o conteúdo que se focaliza, em torno do qual gira toda a discussão ou indagação.”

Exemplo:

Organização do Trabalho – o sujeito é trabalho; o objeto é organização.

- B) Especificar os limites da extensão tanto do sujeito quanto do objeto. Pode ser realizado através de:

a) Adjetivos explicativos ou restritivos. “Pelos adjetivos explicativos, designam-se as qualidades, condições ou estados essenciais ao sujeito ou objeto. Ao contrário, pelos adjetivos restritivos, indicam-se as qualidades, condições ou estados acidentais do sujeito ou objeto. O adjetivo explicativo é um desdobramento das partes constituintes de um ser ao passo que o adjetivo restritivo ou acidental é um acréscimo arbitrário.”

Exemplo:

- adjetivo explicativo: Organização social do trabalho.

- adjetivo restritivo: Organização atual do trabalho.

b) Complementos nominais de especificação. “São pessoas ou coisas que, acrescentadas a substantivos ou adjetivos, especificam a ação ou sentimentos que os mesmos substantivos ou adjetivos designam.”

Exemplo: Organização social do trabalho de produção artesanal.

c) Determinação das circunstâncias. “Às vezes, pode ser necessário determinar as circunstâncias que limitam mais ainda a extensão do assunto, especialmente as circunstâncias de tempo e espaço.”

Exemplo:

Organização social do trabalho de produção artesanal durante a Idade Média na Europa Ocidental (apud LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 45-46).

2. Problema

Nenhum tema poderá ser tratado se não houver um problema. Neste momento será sistematizada a problemática existente, partindo da seguinte interrogação: Qual é o problema?

A problemática surge a partir de inquietações sobre uma dificuldade teórica ou prática que o pesquisador sente. Isto exige uma atitude questionadora e o hábito de leitura, sendo capaz de análise crítica e síntese.

A descrição do Problema é apresentada por meio de um texto, globalizando todas as questões levantadas.

“O tema deve ser problematizado e é preciso ter uma idéia muito clara do problema a ser resolvido” (SEVERINO, 2007, p. 130).

Para Richardson (2007, p. 59) “As Ciências Sociais referem-se à realidade e não ao ideal, ao que deve ser. Portanto, um problema de pesquisa não pode estabelecer juízos de valor sobre o que é melhor ou pior em uma situação”.

Após o levantamento de problemas, referentes a um tema, o pesquisador deverá buscar na literatura, os pontos relevantes, realizando análise e síntese do assunto, em partes, conforme a descrição da problemática. Isso então será sistematizado como a fundamentação teórica.

Os elementos iniciais de um projeto de pesquisa (tema, justificativa, referencial teórico) desembocam na delimitação e formulação do problema. Do problema decorrem os demais elementos (levantamento das hipóteses, título, objetivos, metodologia,

cronograma das atividades, recursos e orçamento, referências). Assim o problema é o centro do projeto de pesquisa (PESCUMA, 2005, p. 20).

Exemplo:

Devido às mudanças ocorridas no processo ensino-aprendizagem nas últimas décadas e o aumento compulsivo da demanda, determinado pela legislação vigente e a imposição social, a escola pública têm assumido diversos papéis, tais como: encaminhamento e acompanhamento assistencialistas e judiciários, envolvimento em projetos sociais e comunitários, dentre outros. Soma-se a isso, a preocupação em manter sua população com “frequência regular” e “aproveitamento acadêmico satisfatório” para todos os educandos, buscando evitar e corrigir a evasão e repetência.

Essa diversidade e inconsistência que ocorre no trabalho escolar causam uma desorganização dos papéis, fazendo com que os profissionais desvinculem de sua prática para assumir outras determinações de ordem superiores ou ocasionadas no próprio cotidiano escolar, tornando-se confuso a especificidade do trabalho de cada um. A organização do trabalho pedagógico na escola pública constitui-se em sua maioria de forma burocrática, mas ao concretizar, os papéis tomam formas indefinidas com caminhos dispersos.

Embora, no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, os papéis apresentam com linhas bem definidas, no dia a dia, no entanto, os profissionais buscam em maior parte de o tempo resolver as situações de conflitos que surgem repentinamente. Isso acaba deixando em segundo plano o objeto maior que é a preocupação com a efetivação do ensino-aprendizagem.

Neste contexto encontra-se o pedagogo, que por ocupar um espaço amplo na unidade de ensino, acaba-se muitas vezes, sendo influenciado por essa prática, tornando-se um ponto de apoio para as demais funções da escola, na resolução imediata e emergente de conflitos e problemas.

Isso faz, com que perca de vista no interior da escola, a característica principal deste profissional que é planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada com os demais profissionais, buscando a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

As dificuldades apresentadas levam à seguinte questão: **Como conduzir o processo pedagógico na escola de forma coletiva, articulada e compartilhada, porém com papéis definidos em suas especificidades?**

3. Justificativa

Este item responderá o “Por quê?” da pesquisa. Por isso, o pesquisador deverá enfatizar questões, buscando respondê-las como:

- . Por que pesquisar?
- . Por que este tema é importante para a área de estudo, conteúdo ou outra especificidade?
- . Que contribuições práticas o tema poderá trazer?
- . Qual a importância da realização da pesquisa em determinado âmbito?
- . Qual é a possibilidade de mudança no âmbito da pesquisa?
- . Que contribuições à pesquisa poderá trazer para o local ou comunidade onde se insere?

A partir das respostas obtidas através das questões levantadas, o pesquisador elaborará um texto justificando com convicção a necessidade de desenvolvimento da pesquisa.

“É o momento de mostrar qual a contribuição do trabalho que se pretende realizar; sua significação e relevância. Dentre os diversos tipos de relevância, destacam-se aquelas de caráter pessoal, acadêmico, profissional e social” (PESCUMA, 2005, p. 25).

Exemplo:

A escolha por esse tema se fez devido às dificuldades encontradas pelo Pedagogo na organização do trabalho pedagógico e na efetivação da sua prática no interior da escola.

Como Pedagoga em uma escola pública, sinto dificuldades para a organização do trabalho pedagógico, sendo que as diversidades de funções que são determinadas ao Pedagogo através das ocorrências conflituosas do cotidiano escolar tomam conta da maior parte do tempo. Acrescenta-se aqui, a resistência de alguns profissionais em assumir sua verdadeira posição de trabalho, além de

contrapor-se em sua prática nas decisões tomadas coletivamente, tornando-se confusas as regras e ações estabelecidas. Esse jogo de forças no interior da escola acaba delineando diferentes linhas ou métodos no trabalho pedagógico. Isso faz com que o objeto de trabalho se dispersa, gerando indisciplina entre educadores e educandos, o que aumenta ainda mais os conflitos internos.

O Pedagogo ocupa um espaço amplo na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador na organização e efetivação do processo de formação cultural que se dá no interior da escola. Porém, muitas vezes suas tarefas são confundidas, tornando-se apenas um instrumento de substituição em faltas e carências funcionais e cumpridor de atividades corriqueiras do dia a dia, não havendo um planejamento prévio ou organizacional. São tarefas voltadas ao imediatismo, sem a preocupação com os resultados da ação para longo prazo.

É preciso que o Pedagogo seja capaz de desenvolver com habilidade e segurança sua competência profissional. Buscar o respeito de todos os demais profissionais da escola, com a preocupação voltada para melhores resultados frente aos problemas educacionais, e conseqüentemente definir o papel profissional de cada um no ambiente escolar, integrando-se diferentes funções com objetivos comuns.

Portanto, faz-se necessário um estudo mais aprofundado com relação às questões apresentadas, contrapondo a realidade escolar com as teorias que possa levar o Pedagogo a rever através de uma reflexão crítica, o seu papel, e a partir daí tomar sua posição na organização e efetivação do trabalho pedagógico de forma coletiva e articulada com os demais profissionais, podendo interferir na prática com maior clareza de funções e papéis.

4. Objetivos

Neste momento, serão definidas as intenções do estudo. O pesquisador deverá levar em consideração a questão: “para quê?”.

Os objetivos mostram onde se pretende chegar com o trabalho de pesquisa. Apontam os resultados teóricos e práticos a serem alcançados. Para serem atingidos, devem ser poucos e modestos em suas pretensões. Precisam ser sempre perseguidos pelo pesquisador, orientando seu trabalho (PESCUMA, 2005, p. 32).

Para sistematizar os objetivos, poderão ser utilizadas algumas perguntas:

- . Para que pesquisar?
- . Qual a intenção do estudo?
- . Quais os resultados esperados com a realização desse estudo?

As respostas obtidas deverão ser selecionadas em “Objetivo Geral” e “Objetivos Específicos”. A frase formada deverá definir o resultado esperado com a realização do trabalho.

4.1 Objetivo Geral

O Objetivo Geral deverá estabelecer aonde quer chegar, através de uma frase que contemple o resultado esperado de todo o trabalho.

Definem, de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. Usualmente, em uma pesquisa exploratória o objetivo geral começa pelos verbos: conhecer, identificar, levantar e descobrir; em uma pesquisa descritiva, inicia com os verbos: caracterizar, descrever e traçar; e em uma pesquisa explicativa, começa pelos verbos: analisar, avaliar, verificar, explicar etc. (Richardson, 2007, p. 62 - 63).

Exemplo:

Organizar de forma sistemática o trabalho pedagógico, situando a função específica de cada um no ambiente escolar, destacando a especificidade do Pedagogo no contexto educacional.

4.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos definirão os passos para chegar ao objetivo geral. “Definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral” (RICHARDSON, 2007, p. 63). Como chegar? Para cada passo deverá ser elaborada uma frase.

Exemplo:

- Identificar as principais dificuldades encontradas pelo Pedagogo na organização e efetivação do trabalho pedagógico;
- Definir o papel do Pedagogo dentre as demais funções profissionais existentes na escola;

- Planejar o trabalho pedagógico como um conjunto de atividades organicamente articuladas, definidas a partir das necessidades da educação escolar;

- Definir uma linha de trabalho, a partir do planejamento voltado ao bom desempenho da prática pedagógica e administrativa, de forma a buscar o comprometimento de todos para o sucesso das atividades escolares.

Os objetivos deverão ser elaborados em consonância com a problemática e a justificativa. A redação deverá iniciar pelo verbo de ação, no infinitivo, limitando cada objetivo a apenas um verbo, “tais como: aplicar, avaliar, buscar, caracterizar, determinar, enumerar, formular, encontrar, explicar” (PESCUMA, 2005, p. 32).

5. Hipóteses

Hipótese é a suposta resposta para determinado problema, que poderá ser confirmada ou descartada, diante das evidências dos dados levantados através da pesquisa.

Pescuma (2005, p. 30), define hipótese como toda resposta antecipada e provisória ao problema.

As hipóteses poderão ser utilizadas como questões norteadoras, sendo elaboradas em partes do problema para auxiliar na busca de respostas.

[...] devem ser enunciadas de modo conciso e claro, escritas de forma afirmativa, formuladas de maneira lógica evidenciando as lacunas ou as ambigüidades do assunto. Poderão ser modificadas ou abandonadas durante a pesquisa caso se verifique que são inadequadas ou falsas (PESCUMA, 2005, p. 31).

Exemplo:

1º - Nossa primeira hipótese é a ausência de planejamento organizacional e pedagógico;

2º - Nossa segunda hipótese é a falta de definição clara de papéis no interior da escola;

3º - Nossa terceira hipótese é a falta de comprometimento de alguns profissionais, tornando-se o trabalho árduo e cumulativo para os demais;

4º- Nossa quarta hipótese é a existência de relações desvinculadas de trabalho, não havendo articulação para um objetivo comum entre os profissionais de diferentes funções e às vezes seus pares, tornando conflituosas as relações de poder.

6. Fundamentação Teórica

Neste momento, será feito o levantamento da teoria já existente sobre o assunto da pesquisa, que dará base para o aprofundamento do assunto.

O pesquisador deverá elaborar um texto com uma visão geral do problema, embasando-se da teoria disponível.

Com base nas informações de autores que já produziram o conhecimento em pauta, deverão ser feitas citações, mencionando no texto as fontes consultadas.

Esta parte do projeto não é conclusiva, pois na medida em que for realizando a pesquisa surgirão novas idéias e autores, podendo ser aprofundado o texto.

O texto poderá ser finalizado com reflexões que aprofundarão a pesquisa, a partir do projeto.

Pescuma (2005, p. 27) identifica a Fundamentação Teórica, como Referencial Teórico e conceitua da seguinte forma:

É o quadro conceitual a ser utilizado pelo pesquisador para fundamentar seu trabalho, e não uma simples relação de obras que tratam do tema. É um estudo que evidencia diversas posições sobre o assunto, ainda que conflitantes, apresentando os contextos histórico e atual no qual se inserem. Nele, o pesquisador mostrará seu conhecimento e posição a respeito do tema. O referencial teórico permitirá ao autor ter maior clareza na formulação do problema de pesquisa, facilitará a formulação de hipóteses ou de suposições, possibilitará identificar o procedimento mais adequado para a coleta e o tratamento dos dados e mostrará como estes são interpretados por diversos autores.

Exemplo:

A presença do Pedagogo é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas. É esse profissional o articulador do processo ensino-aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

Saviani reforça a necessidade do papel do pedagogo na organização do processo de formação cultural.

O pedagogo escolar é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas. Daí a necessidade de um espaço organizado de forma sistemática com o objetivo de possibilitar o acesso à cultura erudita (SAVIANI, 1985, p.28).

É preciso definir papéis na escola, a partir de referencial teórico, situando a importância da função específica de cada um, de forma articulada coletivamente.

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares, seja nas tarefas que ajudem os professores no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto pedagógico – político coerente. – O trabalho do orientador educacional é de assessoria ao processo ensino-aprendizagem, desenvolvido na relação professor – aluno. Requer, portanto, o conhecimento não apenas dos alunos, mas também das condições concretas, pessoais e profissionais dos professores. Este conhecimento implica na compreensão de que professor e orientador têm tarefas diferentes, numa luta comum (PIMENTA, 1985, p.33-35).

Conforme Paro (2006), a proposta de uma gestão democrática da escola pública com efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários é algo desejável do ponto de vista da solução de problemas, partindo da tomada de consciência das condições e contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola. É preciso ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

A prática pedagógica e administrativa deve orientar-se com propósitos definidos de forma sistemática e organizados, de forma a garantir à camada trabalhadora que frequenta a escola, a apropriação do saber historicamente produzido pela humanidade.

[...] é urgente que se estabeleçam padrões mínimos de qualidade a serem alcançados por meio do oferecimento de conteúdos

relevantes e de métodos pedagógicos consentâneos com os objetivos democráticos da escola, ao mesmo tempo que se desenvolvam processos coletivos de avaliação de todo o processo escolar que permitam subsidiar e controlar a efetiva busca desses objetivos (PARO, 2006, p.14).

Pimenta (2006) apresenta as mudanças e definições ocorridas no curso de Pedagogia, que foi instituído no Brasil em 1939, identificando as diferentes fases profissionais do Pedagogo. Inicialmente o curso formava bacharel denominado Técnico em Educação, passando depois para bacharéis e licenciados de diferentes disciplinas de cursos ginasial e normal. Com o Parecer CFE 262/69 é instituído a formação de especialistas em administração escolar, supervisão pedagógica e orientação educacional.

O decorrer da história aponta para uma sucessão de ambigüidades e indefinições, com repercussões no desenvolvimento teórico do campo de conhecimento e na formação intelectual e profissional do pedagogo.

É vasto o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia. É uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa, buscando a explicitação de objetivos e formas de intervenção metodológica e para a organização do processo educativo.

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modo de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. [...] é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações (LIBÂNEO, 2006, p.116-117).

Na prática escolar, observa-se que a diversidade de funções que são atribuídas ao Pedagogo através das ocorrências disciplinares e conflituosas do cotidiano toma conta da maior parte do tempo que poderia ser estendido para a organização do trabalho pedagógico. Muitas vezes seu papel se dispersa com tarefas voltadas ao imediatismo, tornando-se apenas instrumento para suprir as faltas e carências da escola, tanto no âmbito funcional quanto físico ou material.

[...] a situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em

condições deficitárias, falta de material didático, distribuição da merenda, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incumbam da solução dos problemas imediatos (PIMENTA, 1991, p. 177).

A escola pública nas últimas décadas vem assumindo muitos papéis inerentes a ela, porém diferenciando-se quase nada em sua estrutura física, material ou organizacional. Isso vem causando uma desorganização de papéis, fazendo com que os profissionais desvinculem de sua prática para assumir outras determinações de ordem superiores ou ocasionadas no próprio cotidiano escolar, tornando-se confuso a especificidade do trabalho de cada um. Daí, a importância de um planejamento construído democraticamente, a partir das necessidades da escola pública, de forma, que possa definir com precisão os papéis de cada um no seu interior.

Conforme Libâneo (2004, p. 149), sem planejamento, a gestão corre ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas, os resultados não são avaliados.

Grinspun (2006, p.106), referindo-se a organização da escola, diz que só através de uma organização clara e precisa para todos é que teremos condição de entender por quê, para quê e como se organiza a escola onde trabalhamos.

No dia-a-dia enfrentam-se situações que exigem planejamento, porém nem sempre formalizado. No momento em que a realidade se torna mais complexa, somos obrigados a uma maior sistematização de pensamento e de ação para poder compreendê-la e transformá-la (DALMAS, 1994, p. 23).

Neste contexto, o pedagogo é um articulador do processo ensino-aprendizagem, de forma a contribuir com o bom desempenho da prática pedagógica e conseqüentemente tornar a escola menos seletiva e mais espaço de possibilidade de acesso à cultura acumulada pela humanidade, ou seja, do conhecimento elaborado, do saber sistematizado e da cultura erudita.

Para isso, as ações devem ser planejadas e sistematizadas, garantindo assim, a clareza da efetivação e a reflexão – ação.

7. Metodologia

O que é Metodologia?

Metodologia é o caminho a percorrer. Podemos dizer que é um meio para a elaboração do conhecimento científico.

Bueno (1988, p.2423), apresenta metodologia como “organização racional de investigação, estudos, de actos variados e complexos com a finalidade de tornar o trabalho mais fácil, mais organizado, mais eficaz” (apud DALAROSA, 1999, p. 102).

No Projeto de Pesquisa, o item “Metodologia” indicará como obter e trabalhar com as informações. Nesta fase, o pesquisador deve explicar como conduzirá o trabalho. É importante que ele saiba utilizar adequadamente os métodos e técnicas de investigação. É necessário escrever a metodologia que se pretende adotar justificando sua adequação ao projeto. Deve também apontar e justificar as fontes de dados escolhidos (bibliográficas, de campo e experimentais), os instrumentos e técnicas de coleta de dados, o tratamento a ser dispensado a eles e a forma de apresentação dos resultados (PESCUMA, 2005, p. 32).

Ao iniciar a redação do texto, faz-se necessário definir a linha teórica que será utilizada, de acordo com o que se pretende pesquisar e aonde se quer chegar. Isso é importante, para melhor entender o papel da Metodologia, que é disciplinar e encaminhar o processo da pesquisa.

O primeiro passo é definir o enfoque teórico que será dado à pesquisa com base nos fundamentos filosóficos - metodológicos da ciência:

1. **Positivismo** – limita a mensuração dos fenômenos, através de métodos estatísticos, sem aprofundamento dos resultados. “Entende-se que o mundo é aquilo que se mostra fenomenalmente, a apreensão de seus fenômenos sendo feita através de uma experiência controlada, da qual são eliminadas as interferências qualitativas” (SEVERINO, 2007, p. 109).

2. Fenomenologia – A fenomenologia exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à nossa consciência (TRIVIÑOS, 2007, p. 47).

Masini (2006, p. 63), explica a fenomenologia conforme a seguir:

[...] não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental. [...] a apropriação do conhecimento se dá através

do círculo hermenêutico: compreensão-interpretação-nova compreensão. A Pesquisa Fenomenológica, portanto, parte da compreensão de nosso viver – não de definições ou conceitos – da compreensão que orienta a atenção para aquilo que vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro interpretações, ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão.

3. Materialismo Histórico Dialético – parte da realidade para o estudo teórico, retornando a realidade a partir da teoria e prática, com o objetivo de transformação social.

[...] situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. O desafio do pensamento – cujo campo próprio de mover-se é o plano abstrato, teórico – é trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real (FRIGOTTO, 2006, p. 75).

Triviños (2007, p. 51), define os termos Materialismo Histórico e Materialismo Dialético, separadamente, conforme a seguir:

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...]

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade.

A partir do enfoque teórico, será direcionada a abordagem da pesquisa, que é classificada em pesquisa quantitativa ou pesquisa qualitativa.

A abordagem quantitativa está extremamente ligada à questão da mensuração. Utiliza-se da função matemática para a explicação causa e efeito apenas.

[...] como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (RICHARDSON, 2007, p.70).

Destaca-se no enfoque positivista, sendo o questionário o instrumento mais utilizado para a coleta de dados.

A abordagem qualitativa distingue da quantitativa “à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas” (RICHARDSON, 2007, p. 79).

Conforme, Severino (2007, p. 119), “são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas”. Dessa forma classifica-as em:

1. **Pesquisa etnográfica** – A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento (SEVERINO, 2007, p. 119).

O que caracteriza mais fundamentalmente a pesquisa do tipo etnográfico é, primeiramente, um contato direto e prolongado do pesquisador com a situação e as pessoas ou grupos selecionados (ANDRÉ, 2006, p. 38).

A etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade. Isto obriga os sujeitos e o investigador a uma participação ativa onde se compartilham modos culturais [...] (TRIVIÑOS, 2007, p. 121).

2. Pesquisa participante –

É aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. Passa a interagir com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Observando as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, vai registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação (SEVERINO, 2007, P. 120).

Para Demo (2003, p. 27), a pesquisa participante “Propugna a eliminação da separação entre sujeito e objeto, tentando estabelecer relação diagonal de influência mútua, teórica e prática”.

3. Pesquisa-ação –

A pesquisa ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la. O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas (SEVERINO, 2007, p. 120).

4. Estudo de caso –

Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral.

O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados (SEVERINO, 2007, p. 121).

5. Análise de conteúdo –

É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações.

Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. As mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, figurativas, documentais (SEVERINO, 2007, p. 121).

Bardin (2007) conceitua a análise de conteúdo como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção / recepção (variáveis inferidas) das mensagens” (apud TRIVIÑOS, 2007, p. 160).

6. Pesquisa bibliográfica –

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

7. Pesquisa documental –

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

8. Pesquisa experimental – A pesquisa experimental,

“toma o próprio objeto em sua concretude como fonte e o coloca em condições técnicas de observação e manipulação experimental nas bancadas e pranchetas de um laboratório, onde são criadas condições adequadas para seu tratamento. Para tanto, o pesquisador seleciona determinadas variáveis e testa suas relações funcionais, utilizando formas de controle. Modalidade plenamente adequada para as Ciências Naturais, é mais complicada no âmbito das Ciências Humanas, já que não se pode fazer manipulação das pessoas” (SEVERINO, 2007, p. 123).

9. Pesquisa de campo –

Na pesquisa de campo, o objeto /fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos [...], que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007, p. 123).

10. Pesquisa exploratória –

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade

ela é uma preparação para a pesquisa explicativa (SEVERINO, 2007, p. 123).

Triviños (2007, p. 109), afirma que:

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental.

11. Pesquisa explicativa –

A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental /matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos (SEVERINO, 2007, p. 123).

A abordagem qualitativa é referenciada pela dialética, que não deixa de lado o método quantitativo, porém com menor ênfase e não com fim em si mesmo, mas buscando explicação para os fatos.

Ao identificar a abordagem, o pesquisador delimitará também o método apropriado ao fenômeno que se deseja pesquisar, relacionando-o ao enfoque teórico que direcionará a pesquisa.

Severino (2007, p. 101), classifica o Método Científico em:

- a) **Método Experimental** – é a fase indutiva da pesquisa;
- b) **Método Matemático** – é a fase dedutiva da pesquisa.

Severino (2007, p. 104-105), explica a indução e dedução conforme a seguir:

Indução e dedução são duas formas de raciocínio, isto é, procedimentos racionais de argumentação ou de justificação de uma hipótese.

No caso do raciocínio indutivo, da indução, ocorre um processo de generalização pelo qual o cientista passa do particular para o universal (fatos particulares), ele conclui que a relação identificada se aplica a todos os fatos da mesma espécie, mesmo àqueles não observados (princípio universal). O que se constatou de uma amostra é estendido a toda a população de casos da mesma espécie. [...]. Trata-se de uma passagem do universal para o particular e para o singular. De um princípio geral, deduzimos outros menos gerais até fatos particulares.

A ciência trabalha, pois, com raciocínio indutivos e com raciocínios dedutivos. Quando passa dos fatos às leis, mediante hipóteses, está trabalhando com a indução; quando passa das leis às teorias ou destas aos fatos, está trabalhando com a dedução.

Contrapondo, Richardson (2007, p. 35 – 37), identifica o Método Científico da seguinte forma:

a) Método Indutivo –

“a indução é um processo pelo qual, partindo de dados ou observações particulares constatadas, podemos chegar a proposições gerais. [...]. Assim, o método indutivo parte de premissas para chegar a uma conclusão que contém informações sobre fatos ou situações não observadas. O caminho vai do particular ao geral, dos indivíduos às espécies, dos fatos às leis. As premissas que formam a base da argumentação (antecedentes) apenas se referem a alguns casos. A conclusão é geral, utilizando o pronome indefinido todo”.

b) Método Dedutivo – “em oposição à lógica indutiva, no método dedutivo o cientista avança do conhecimento de um fato sobre os planetas à compreensão do por que desse fato”.

c) Dialética –

De origem grega (dialektité = discursar, debater), a dialética está vinculada ao processo dialógico de debate entre posições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso. [...].

Em termos gerais, a dialética obedece a princípios diferentes dos silogismos formais. Os argumentos da dialética dividem-se em três partes: a tese, a antítese e a síntese. A tese refere-se a um argumento que se expõe para ser impugnado ou questionado; a antítese é o argumento oposto à proposição apresentada na tese e a síntese é uma fusão das duas proposições anteriores que retêm os aspectos verdadeiros de ambas as proposições, introduzindo um ponto de vista superior. Embora hoje se dê a este termo um sentido mais amplo, o núcleo da dialética, sua essência, continua a ser a investigação das contradições da realidade, pois são essas a força propulsora do desenvolvimento da natureza.

Incluimos ainda aqui, o Método Experimental, que:

“... consiste em modificar deliberadamente a maneira controlada das condições que determinam um fato ou fenômeno e, em observar e interpretar as mudanças que ocorrem neste último. O estudo experimental estabelece as causas dos fenômenos, determinando qual ou quais são as variáveis que atuam, produzindo modificações sobre outras variáveis” (TRIVIÑOS, 2007, p. 112).

Após esclarecimento da linha de pesquisa, é preciso classificar os instrumentos que servirão para a coleta de dados e informações, os quais deverão estar em acordo com o enfoque teórico, a abordagem, e o método da pesquisa.

Segue abaixo alguns instrumentos de coleta de dados, dentre os mais utilizados:

. Análise documental – Segundo Caulley (1981), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Severino (2007, p. 124), caracteriza a documentação como:

“toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho”.

. Entrevista –

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124).

Para André; Lüdke (1986, p. 33), “ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva de pesquisa” por meio da abordagem qualitativa.

Severino (2007, p. 125), classifica a entrevista em:

ENTREVISTAS NÃO DIRETIVAS Por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir de seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações.

ENTREVISTAS ESTRUTURADAS São aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Triviños (2007, p. 146), aponta ainda a entrevista semi-estruturada, sendo,

“em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”.

André; Lüdke (1986, p. 36), lembra que:

Será preferível e mesmo aconselhável o uso de um roteiro que guie a entrevista através dos tópicos principais a serem cobertos. Esse roteiro seguirá naturalmente uma certa ordem lógica e também psicológica, isto é, cuidará para que haja uma seqüência lógica entre os assuntos, dos mais simples aos mais complexos, respeitando o sentido do seu encadeamento. Mas atenderá também para as exigências psicológicas do processo, evitando saltos bruscos entre as questões, permitindo que elas se aprofundem no assunto gradativamente e impedindo que questões complexas e de maior envolvimento pessoal, colocadas prematuramente, acabem por bloquear as respostas às questões seguintes.

. **Observação** – [...] observação é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas de suas partes; é a captação precisa do objeto examinado (RICHARDSON, 2007, p. 259).

Para Triviños (2007, p. 153):

Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando por exemplo atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa

perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc.

André; Lüdke (1986, p. 25), chama a atenção ao seguinte: “para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”.

. Questionário –

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambigüidades e respostas lacônicas.

Podem ser questões fechadas ou abertas. No primeiro caso, as respostas serão escolhidas dentre as opções pré-definidas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal.

De modo geral, o questionário deve ser previamente testado (pré-teste), mediante sua aplicação a um grupo pequeno, antes de sua aplicação ao conjunto dos sujeitos a que se destina, o que permite ao pesquisador avaliar e, se for o caso, revisá-lo e ajustá-lo (SEVERINO, 2007, p. 125-126).

Segundo Richardson (2007, p. 189-190),

Geralmente os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. [...]. De acordo com o tipo de pergunta, os questionários podem ser classificados em três categorias: questionários de perguntas fechadas; questionários de perguntas abertas; e questionários que combinam ambos os tipos de perguntas.

. Diário de campo –

Consiste num instrumento de anotações – um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão – para uso individual do investigador no seu dia-a-dia [...].

É importante que seja usado diariamente para haver acompanhamento cronológico dos acontecimentos e também possibilitar o acompanhamento da evolução dos níveis de percepção e reflexão dos investigadores.

As observações de cada dia devem ser precedidas de data completa, hora e lugar onde foram feitas (FALKEMBACH, mimeo, p. 3).

A Metodologia deverá indicar de forma descritiva, o método que será utilizado, o plano de coleta de dados com a indicação de fontes, técnicas e instrumentos, bem como o plano de descrição e análise dos dados, com base no enfoque teórico dado à realização da pesquisa.

Para auxiliar a descrição da Metodologia, poderão ser consideradas as seguintes questões:

- . De onde partir?
- . Onde pretendo chegar?
- . Qual é o enfoque teórico que será dado à pesquisa?
- . Qual abordagem será utilizada dentro deste enfoque?
- . Qual o método que melhor interage a essa abordagem?
- . Quais as técnicas que serão utilizadas para a obtenção e análise dos dados?
- . Onde será realizada a pesquisa?
- . Em que tempo será realizada a pesquisa?
- . Onde e como obter as informações?
- . Como serão organizados os dados obtidos?
- . Como proceder ao levantamento bibliográfico?
- . Como serão analisados os documentos publicados?
- . Quais os sujeitos da pesquisa?

Exemplo:

A pesquisa partirá da problemática levantada na realidade escolar. Levando em consideração os objetivos delineados, seguirá para o estudo teórico. Retornará, em seguida, à realidade, buscando a transformação do objeto da pesquisa.

Por meio das hipóteses e do conhecimento teórico, dará início à pesquisa de campo, envolvendo os múltiplos elementos e as dimensões do problema. Constituirá de análise da totalidade no interior da escola, incluindo todos os setores, partindo para o específico, ou seja, o trabalho do pedagogo, buscando a apreensão da realidade e a unidade ou discrepância entre teoria e prática.

Dessa forma, será dada ênfase aos aspectos qualitativos, utilizando como instrumentos de coleta de dados, entrevista com professores, funcionários, pedagogos, diretor e alunos; análise de documentos incluindo o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.); observações.

Os dados obtidos serão organizados em caderno de registro pessoal do pesquisador, de acordo com a ordem da pesquisa.

A revisão bibliográfica será feita por meio de leitura ordenada de acordo com a problemática e a fundamentação teórica, com resenha de cada obra, destacando os pontos abordados pelos autores relativos ao tema da pesquisa.

A partir do trabalho mencionado, passará para a realização da proposta de intervenção na escola.

A intervenção ocorrerá através de grupos de estudos entre os pedagogos, a ser realizado semanalmente, onde serão discutidos temas pertinentes à organização da prática pedagógica, buscando a partir daí, intervir no cotidiano escolar de forma coletiva e organizada.

As ações serão planejadas com antecedência após reflexão conjunta referentes às necessidades existentes.

Para encaminhar as atividades serão tomados como eixos sustentadores os cinco passos propostos por (SAVIANI / GASPARIN, 2005).

No 1º passo, a “Prática Inicial do Conteúdo – o que os alunos e o professor já sabem”, o grupo será mobilizado através de questionamentos referentes à prática atual do pedagogo na escola: quem é o pedagogo? O que ele faz? Qual o seu papel diante dos diferentes setores da escola? Como ele é visto na escola pelo diretor, pelos professores, pelos funcionários, pelos alunos, pelos pais, pelos demais colegas?

Ao iniciar este trabalho, o grupo será informado de que o tema será abordado através do processo teórico – metodológico que tem como suporte o materialismo histórico dialético, tendo a finalidade de transformação da prática social.

Tomando o diálogo como integração dos conteúdos a serem abordados posteriormente, será explicitado o que o grupo já sabe e o que gostariam de saber a mais, passando após essa análise para o passo seguinte.

No 2º passo, a “Problematização – explicitação dos principais problemas da prática social” será selecionada as principais interrogações levantadas na prática pedagógica, com referência ao papel do pedagogo. Essas questões, em consonância com o plano de trabalho: O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola orientarão todo o trabalho a ser desenvolvido com o grupo. Buscar-se-á, então, verificar que implicações esse conteúdo possui para a prática, definindo as principais questões que poderão ser encaminhadas e resolvidas.

No 3º passo, a “Instrumentalização – ações didático – pedagógicas para a aprendizagem”, ocorrerá a partir das questões levantadas na Prática Social Inicial e sistematizadas na problematização confrontando o grupo com o conteúdo, através da apresentação sistemática, levando-os a se apropriarem desse conhecimento, podendo transformar em instrumento de construção pessoal e profissional. Neste momento, o grupo estabelecerá uma comparação intelectual entre seus conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, apropriando-se do conhecimento socialmente produzido e sistematizado para enfrentar e responder aos problemas levantados.

Desta maneira, serão utilizados os seguintes textos:

- 1) GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- 2) SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- 3) PIMENTA, Selma Garrido. O Pedagogo na Escola Pública. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- 4) DALMAS, Ângelo. Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- 5) Análise da entrevista realizada com todos os setores da escola.
- 6) Apresentação do CD Pesquisa – Encaminhamento Básico, o qual servirá de apoio às atividades de planejamento e pesquisa.

No 4º passo, a “Catarse – expressão elaborada da nova forma de entender a prática social” acontecerá por meio de síntese, solicitando ao grupo o quanto se aproximou da solução dos problemas anteriormente levantados, marcando sua

posição em relação ao conteúdo e à forma de sua construção social e sua reconstrução na prática pedagógica.

No 5º passo, a “Prática Social Final do Conteúdo – nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido” será o retorno à Prática Social. Esta fase representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos, evidenciando o propósito de ação e como pretende traduzi-lo no seu dia – a – dia. Neste momento, com base no conteúdo trabalhado, será elaborado pelo grupo, um plano de ação para a organização do trabalho pedagógico na escola, evidenciando o papel do pedagogo. Essa previsão de trabalho será desenvolvida pelo grupo durante o ano letivo, com retomadas periódicas, utilizando sempre os cinco passos sugeridos por (SAVIANI / GASPARIN, 2005).

A proposta será desenvolvida no Colégio Estadual José Siqueira Rosas – Ensino Fundamental e Médio, situado no município de Rosário do Ivaí, região norte do Paraná.

Concluído o processo de pesquisa e intervenção, será redigido o relatório, que constituirá em um artigo científico.

8. Cronograma

O Cronograma é a definição do tempo previsto para a realização de cada etapa da pesquisa.

A organização do tempo deverá estar de acordo com o processo metodológico definido. As tarefas deverão ser distribuídas em datas (dia, mês, ano), em tabela, facilitando a visualização da seqüência de atividades.

A elaboração do cronograma responde à pergunta quando? A pesquisa deve ser dividida em partes, fazendo-se a previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Não esquecer que, se determinadas partes podem ser executadas simultaneamente, pelos vários membros da equipe, existem outras que dependem das anteriores, como é o caso da análise e interpretação, cuja realização depende da codificação e tabulação, só possíveis depois de colhidos os dados (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 112).

Através dos itens abaixo, Richardson (2007, p. 69), orienta a elaboração do cronograma, alertando também a preocupação com o orçamento:

1. Preparar a pauta de trabalho mensal ou semanal, incluindo:
 - Planejamento de pesquisa.
 - Elaboração de instrumentos.
 - Pré-teste dos instrumentos.
 - Seleção da amostra.
 - Elaboração dos instrumentos definitivos.
 - Seleção e treinamento de entrevistadores.
 - Coleta de dados.
 - Processamento da informação.
 - Preparação do relatório de pesquisa.

2. Estimar recursos humanos, materiais e financeiros necessários para assegurar o êxito da pesquisa. É conveniente fazer uma estimativa mensal desses recursos, considerando possíveis diferenças de preço durante o período de execução do trabalho.

Exemplo:

As atividades serão desenvolvidas no ano de 2007, conforme cronograma abaixo:

ATIVIDADES	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Leitura	X	X	X	X	X	X		
Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do Plano de Trabalho		X	X					
Fichamentos e Resenhas		X	X	X	X	X		
Conclusão do Plano de Trabalho			X					
Entrevistas					X			
Análise de Documentos				X				
Análise da Pesquisa							X	
Escrita Texto Final							X	X

9. Referências

Referências são as obras publicadas, que foram citadas no texto do projeto.

Devem ser elencadas as obras que foram consultadas para a elaboração do projeto de pesquisa. Ao fazê-lo, é necessário seguir rigorosamente as normas da ABNT. É bom salientar que a lista de referências apresentada inicialmente tende a ser ampliada durante a

pesquisa, já que novos documentos poderão ser levantados no desenvolvimento do trabalho (PESCUMA, 2005, p. 35-36).

Exemplo:

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia Pesquisa Educacional. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: Conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 3.ed.ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Que Destino os Educadores Darão à Pedagogia?** In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). Pedagogia, Ciência da Educação? 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Orientador Educacional ou Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n.9, p.29-37,1985.

_____ (coord.). **Pedagogia, Ciência da Educação?** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n.9, p.27-28,1985.

Para melhor esclarecimento sobre apresentação de referências, buscar no item <4.NORMAS <4.2 REFERÊNCIAS.

OBSERVAÇÃO: O Plano de Trabalho é o caminho a percorrer, não quer dizer que durante a realização da pesquisa não poderá ser alterada alguma prática ou teoria, de acordo com o que for constatado durante o processo de pesquisa.

3. RELATÓRIO

3.1 ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Lakatos; Marconi (2001, p. 137-140), apresenta as partes do Trabalho Científico, alertando que “todo trabalho científico obedece a uma norma internacional de apresentação, quer seja monografia, dissertação ou tese”. Divide então da seguinte forma, a partir da capa:

- A) Preliminares
 - 1. Folha de Rosto
 - 2. Ficha Catalográfica
 - 3. Página de Aprovação (opcional)
 - 4. Dedicatória
 - 5. Sinopse (geralmente em quatro línguas, incluindo português)
 - 6. Agradecimentos
 - 7. Relação de Quadros e Tabelas
 - 8. Sumário

- B) Corpo do Trabalho
 - 1. Introdução
 - 2. Desenvolvimento
 - 3. Conclusões, Recomendações e/ ou Sugestões

- C) Parte Referencial
 - 1. Apêndices e/ ou Anexos
 - 2. Glossário (opcional)
 - 3. Bibliografia
 - 4. Índice Remissivo de Assuntos e/ ou Autores (opcional)

Para aprofundamento poderão ser consultadas as obras: LAKATOS; MARCONI (2001, p. 137-150), CORNELSEN; MÜLLER (2007, p. 47-89), apresentadas em < 6. BIBLIOGRAFIA < 6.1 SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS.

3.2 RELATÓRIO DA PESQUISA

Conforme, Lakatos; Marconi (2001, p. 130), “após a coleta de dados, sua codificação e tabulação, tratamento estatístico, análise e interpretação, os resultados estão prontos para ser redigidos: é o relatório de pesquisa”.

Schrader (1974, p. 257), elenca o conteúdo de um relatório final de pesquisa conforme abaixo:

“... o relatório inicia com a formulação do problema, expõe dados da literatura existente sobre o tema, explicita a posição teórico-científica. Apresenta uma lista completa das hipóteses, descreve problemas da técnica de mensuração, fundamenta a escolha de um ou vários métodos, explica o procedimento mensurativo, a amostra e as técnicas de análise, compara os dados com as hipóteses explicativas confirmadas, refutadas ou reformuladas, um ou mais enunciados teóricos com os quais se responde à pergunta inicial de investigação” (apud RICHARDSON, 2007, p. 297).

Litton (1975, p. 98-99), apresenta as seguintes recomendações ao trabalho redacional:

1. Variar a extensão das frases. Dar preferência às orações curtas e simples.
2. Eliminar toda palavra supérflua.
3. Usar um tom impessoal na redação. Cultivar um estilo formal, sem se mostrar pedante ou afetado.
4. Empregar corretamente o idioma.
5. Familiarizar-se com os sinais de pontuação e a função que desempenham.
6. Dar a devida importância a cada palavra. Conhecer o significado das palavras, antes de usá-las. Evitar os falsos sinônimos, o nome vulgar ou familiar das coisas. Nunca empregar a gíria.
7. Resistir a toda tentação de empregar terminologia com significado subjetivo.
8. Abster-se do uso de aumentativos, superlativos e diminutivos.
9. Usar de preferência expressões e termos castiços e não vocábulos vulgares ou mal formados.
10. Ler bons autores. Aproveitar o melhor dessa leitura para desenvolver seu próprio estilo, que deve ser o reflexo da personalidade culta de um universitário e de um profissional (apud RICHARDSON, 2007, p. 305).

Para SEVERINO (2007, p. 199), “[...] os trabalhos científicos diferenciam-se em função principalmente de seus objetivos e da natureza do próprio objeto abordado, assim como em função de exigências específicas de cada área do saber humano”. Apresenta então as seguintes modalidades de trabalho científico:

Trabalho Científico e Monografia – [...] Os trabalhos científicos serão monográficos na medida em que satisfizerem à exigência da especificação, ou seja, na razão direta de um tratamento estruturado de um único tema, devidamente especificado e delimitado. O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou valor didático [...].

Trabalhos Didáticos – [...] são relatórios científicos de estudos realizados pelos alunos. [...] é através desse tipo de trabalho que o estudante, além de ampliar seus conhecimentos, se iniciará no método da pesquisa e da reflexão. [...] Dependendo do nível que se encontra o estudante, dos objetivos do curso e do próprio trabalho, ele poderá ser mais ou menos monográfico. Não se exige originalidade nestes trabalhos: são geralmente recapitulativos, com síntese de posições encontradas em outros textos ou em outras pesquisas. O que qualifica este tipo de trabalho é o uso correto do material preexistente, a maneira adequada de tratá-lo para que traga alguma contribuição inteligente à aprendizagem. Nesta categoria são incluídos os chamados “comunicados científicos”, trabalhos baseados em pesquisas de campo ou experimentais. Com a mesma finalidade didática, terão variados níveis de profundidade e o mesmo rigor na expressão. Igualmente, as “memórias” de fim de curso são trabalhos científicos de maior nível de aprofundamento e de pesquisa que retomam a temática durante um curso de formação específica.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso – O trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante da atividade curricular de muitos cursos de graduação, constituindo assim uma iniciativa acertada e de extrema relevância para o processo de aprendizagem dos alunos. [...] Deve ser entendido e praticado como um trabalho científico [...]. Articulado ao próprio conteúdo do curso, as disciplinas e o convívio com os professores, no ambiente acadêmico, o aluno terá oportunidade de formular o seu projeto e de desenvolvê-lo ao longo de alguns anos, cumprindo um cronograma articulado com o planejamento do próprio curso, de comum acordo com o orientador.

Relatório da Pesquisa de Iniciação Científica – [...] No Programa de Iniciação Científica, o graduando ou desenvolve um projeto pessoal, sob a supervisão de um orientador, ou então participa do desenvolvimento do projeto de pesquisa do próprio orientador, cumprindo um programa de trabalho integrado a esse projeto. Em ambos os casos, a atividade deve levar à condução de uma investigação cujo resultado será a elaboração de um trabalho com a formatação do trabalho científico [...].

Resumos e Resenhas – [...] O resumo do texto é, [...] uma síntese das idéias [...]. Resumindo um texto com as próprias palavras, o estudante mantém-se fiel às idéias do autor sintetizado. [...].

Resenha, recensão ou análise bibliográfica é uma síntese ou um comentário dos livros publicados feito em revistas especializadas das várias áreas da ciência, das artes e da filosofia. [...] Uma resenha pode ser puramente informativa, quando apenas expõe o conteúdo do texto; é crítica quando se manifesta sobre o valor e o alcance do texto analisado; é crítico-informativa quando expõe o conteúdo e tece sobre o texto analisado (SEVERINO, 2007, p. 200-204).

Nomeada por Resenha Crítica, Lakatos; Marconi (2001, p. 89), conceitua a resenha como: “uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos: é a apresentação do conteúdo de uma obra. Consiste na leitura, no resumo, na crítica e na formulação de um conceito de valor do livro feitos pelo resenhista”.

Ensaio Teórico – [...] este tipo de trabalho é concebido “como um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente”, consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal. No ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica [...].

Relatórios Técnicos de Pesquisa – [...] O Relatório, além de se referir a um projeto ou a um período em particular, visa pura e simplesmente historiar seu desenvolvimento, muito mais no sentido de apresentar os caminhos percorridos, de descrever as atividades realizadas e de apreciar os resultados – parciais ou finais – obtidos. Obviamente deve sintetizar suas conclusões e os resultados até então conseguidos, sem no entanto, a necessidade de conter análises e reflexões mais desenvolvidas, como é o caso do memorial. [...].

Artigos Científicos – Destinados especificamente a serem publicados em revistas e periódicos científicos, esta modalidade de trabalho tem por finalidade registrar e divulgar, para público especializado, resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não devidamente explorados ou expressando novos esclarecimentos sobre questões em discussão no meio científico. [...].

Resumos Técnicos de Trabalho Científico – [...] consiste na apresentação concisa do conteúdo de um trabalho de cunho científico (livro, artigo, dissertação, tese etc.) e tem a finalidade específica de passar ao leitor uma idéia completa do teor do documento analisado, fornecendo, além dos dados bibliográficos do documento, todas as informações necessárias para que o leitor/pesquisador possa fazer uma primeira avaliação do texto analisado e dar-se conta de suas eventuais contribuições [...] (SEVERINO, 2007, p. 206-209).

3.3 MONOGRAFIA

Lakatos; Marconi (2001, p. 155), apresenta a estrutura da monografia, enfatizando que “Os trabalhos científicos, em geral, apresentam a mesma estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão”.

- a) **Introdução.** Formulação clara e simples do tema de investigação; é a apresentação sintética da questão, sua justificativa, objeto e objetivos, importância da metodologia utilizada e rápida referência a trabalhos anteriores realizados sobre o mesmo assunto.
- b) **Desenvolvimento.** Fundamentação lógica do trabalho de pesquisa, cuja finalidade é expor e demonstrar as principais idéias.

No desenvolvimento, podem-se levar em consideração três fases ou estágios: explicação, discussão e demonstração.

. Explicação “é o ato pelo qual se faz explícito o implícito, claro o escuro, simples o complexo”(Asti Vera, 1979:169). Explicar é apresentar o sentido de uma noção, é analisar e compreender, procurando suprimir o ambíguo ou obscuro.

. Discussão é o exame, a argumentação e a explicação da pesquisa: explica, discute, fundamenta e enuncia as proposições.

. Demonstração é a dedução lógica do trabalho; implica o exercício do raciocínio. Demonstra que as proposições, para atingirem o objetivo formal do trabalho e não se afastarem do tema, devem obedecer a uma seqüência lógica.

c) **Conclusão.** Fase final do trabalho de pesquisa que, assim como a introdução e o desenvolvimento, possui uma estrutura própria. Consiste no resumo completo, mas sintetizado, da argumentação dos dados e dos exemplos constantes das duas primeiras partes do trabalho. Da conclusão devem constar a relação existente entre diferentes partes da argumentação e a união das idéias e, ainda, conter o fecho da introdução ou síntese de toda a reflexão.

3.4 ARTIGO CIENTÍFICO

Severino (2007, p. 208), aponta que:

O artigo tem a estrutura comum ao trabalho científico em geral, mas quando relacionado aos resultados de uma pesquisa, deve destacar os objetivos, a fundamentação e a metodologia da mesma, seguindo-se a análise dos dados envolvidos e as conclusões a que se chegou, completando-se com o registro das referências bibliográficas e documentais.

Quanto a formatação técnica do texto, as revistas e periódicos costumam estabelecer normas específicas para a publicação dos artigos, cabendo ao autor se inteirar delas antes de enviar seu trabalho à editora.

Lakatos; Marconi (2001, p. 85-86) apresenta a estrutura do Artigo conforme abaixo:

PRELIMINARES

- a) Cabeçalho – título (e subtítulo) do trabalho.
- b) Autor(es).
- c) Credenciais do(s) autores(es).
- d) Local de atividades.

SINOPSE

CORPO DO ARTIGO

- a) Introdução – apresentação do assunto, objetivo, metodologia, limitações e proposição.
- b) Texto – exposição, explicação e demonstração do material; avaliação dos resultados e comparação com obras anteriores.
- c) Comentários e Conclusões – dedução lógica, baseada e fundamentada no texto, de forma resumida.

PARTE REFERENCIAL

- a) Bibliografia.
- b) Apêndices ou anexos (quando houver necessidade).
- c) Agradecimentos.
- d) Data (importante para salvaguardar a responsabilidade de quem escreve um artigo científico, em face da rápida evolução da ciência e da tecnologia e demora de cartas editoras na publicação de trabalhos).

A divisão do Corpo do Artigo pode sofrer alterações, de acordo com o texto, e ser subdividido em mais itens. Por exemplo:

- a) Introdução.
- b) Material e Método.
- c) Resultados.

- d) Discussão.
- e) Conclusões.

Todavia, não convém que os artigos sejam muito subdivididos, para que o leitor não perca a seqüência. Quando necessário, a divisão deve obedecer a uma ordem lógica, em que cada parte forme um todo e tenha um título adequado.

3.5 RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Segue abaixo, critérios para a elaboração de uma resenha, conforme apresenta Severino (2007 p. 210):

- Cabeçalho: transcreve os dados bibliográficos completos da publicação resenhada.
- Pequena Informação sobre o autor do texto. Dispensável se o autor for muito conhecido.
- Exposição sintética do conteúdo do texto. Esta exposição deve ser objetiva e conter os pontos principais e mais significativos da obra analisada. Pode seguir capítulo ou parte por parte. Deve passar ao leitor uma visão precisa do teor do texto.
- Comentário crítico. Trata-se da avaliação que o resenhista faz do texto que leu e sintetizou. Essa avaliação crítica pode assinalar tanto os aspectos positivos quanto os aspectos negativos. Assim, pode-se destacar a contribuição que o texto está trazendo para determinados setores da cultura, sua qualidade científica, literária ou filosófica, sua originalidade etc; negativamente, pode-se explicitar as falhas, incoerências e limitações do texto.

As críticas devem ser dirigidas às idéias e posições do autor, nunca a sua pessoa ou às suas condições pessoais de existência. Quem é criticado é o pensador/ autor e suas idéias e não sua pessoa. É sempre bom contextualizar a obra a ser analisada, no âmbito do pensamento do autor, relacionando-a com seus outros trabalhos e com as condições gerais da cultura da área, na época de sua produção.

Na medida em que o resenhista expõe e aprecia as idéias do autor, ele estabelece um diálogo com o mesmo. Nesse sentido, o resenhista pode até mesmo expor suas próprias idéias, defendendo seus pontos de vista, coincidentes ou não com aqueles do autor resenhado.

Como construir a resenha?

Com relação à elaboração de uma resenha, ter presente as seguintes orientações:

O cabeçalho é composto pelos dados bibliográficos do livro, a fim de se ter a identificação do texto a ser resenhado. Transcritos esses dados, construir a resenha dando os passos que se seguem. Não há necessidades de capas, página de rosto, etc.

Fazer algumas considerações introdutórias, contextualizantes, para se criar um clima, dando a entender qual o âmbito do problema que o livro vai discutir.

Em seguida trazer algumas informações sobre o autor: quem é ele, qual sua área de formação e de especialização, se já publicou outras obras, quais suas principais posições, para que escreve o atual livro, etc.

Num momento seguinte, retomar e expor os principais elementos do conteúdo do livro, acompanhando o raciocínio do autor. Não é

preciso detalhar muito. Se for o caso, destacar algum ponto mais relevante.

Concluir com algumas considerações finais, inclusive críticas. Trata-se de um livro importante? Por quê? Traz alguma contribuição? Para quem? Vale a pena ser lido? Por quê? Quem deve lê-lo? As posições do autor são coerentes, sólidas? São originais ou o autor é repetitivo? Etc.

No decorrer do texto, pode-se inserir pequenas passagens, quando relevantes e ilustrativas, colocando-as entre aspas e citando a página de onde foram transcritas. Mas não se deve fazer citações de outras fontes nem inserir outras referências bibliográficas. Também os comentários e apreciações podem ser distribuídos ao longo do texto, quando oportuno.

Para a elaboração de uma resenha crítica são necessários alguns requisitos básicos; Salvador (1979:139) aponta:

- a) conhecimento completo da obra;
- b) competência na matéria;
- c) capacidade de juízo de valor;
- d) independência de juízo;
- e) correção e urbanidade;
- f) fidelidade ao pensamento do autor” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 90).

3.6 RESUMO TÉCNICO CIENTÍFICO

Severino (2007, p. 209), apresenta o seguinte aspecto ao Resumo Técnico Científico:

Atendo-se a idéia central do trabalho, o Resumo deve começar informando qual a natureza do trabalho, indicar o objeto tratado, os objetivos visados, as referências teóricas de apoio, os procedimentos metodológicos adotados e as conclusões/ resultados a que se chegou no texto. Responde assim às questões: de que natureza é o trabalho analisado (pesquisa empírica, pesquisa teórica, levantamento documental, pesquisa histórica etc.)? Qual o objeto pesquisado/ estudado? O que se pretendeu demonstrar ou constatar? Em que referências teóricas se apoiou o desenvolvimento do raciocínio? Mediante quais procedimentos metodológicos e técnico-operacionais se procedeu? Quais os resultados conseguidos em termos de atingimento dos objetivos propostos?

O texto do resumo deve ser composto de um único parágrafo, com uma extensão entre 200 e 250 palavras, ou seja, de 1400 a 1700 caracteres, computando-se todos os seus elementos. Limitando-se a expor objetivamente o conteúdo do texto, não deve conter opiniões ou observações avaliativas, nem conter desdobramentos explicativos. Inicia-se a referência bibliográfica do documento e se encerra com a indicação dos cinco unitermos temáticos mais significativos do texto. A formatação do texto (indicação da fonte, do tipo de letra, seu tamanho, espaço interlinear, margens, etc.) fica a critério dos organizadores e na dependência do tipo de publicação em que os resumos serão divulgados.

Conforme Lakatos; Marconi (2001, p. 74), dependendo do caráter do trabalho científico o resumo pode ser classificado em:

- a) **indicativo ou descritivo** – quando se faz referência às partes mais importantes, componentes do texto. Utiliza frases curtas, cada uma correspondendo a um elemento importante da obra. Não é simples enumeração do sumário ou índice do trabalho. Não dispensa a leitura do texto completo, pois apenas descreve sua natureza, forma e propósito;
- b) **informativo ou analítico** – quando contém todas as informações principais apresentadas no texto e permite dispensar a leitura desse último; portanto, é mais amplo do que o indicativo ou descritivo. Tem a finalidade de informar o conteúdo e as principais idéias do autor, salientando:
 - . os objetivos e o assunto (a menos que se encontre explicitado no título);
 - . os métodos e as técnicas (descritivas de forma concisa, exceto quando um dos objetivos do trabalho é a apresentação de nova técnica);

. os resultados e as conclusões.

Sendo uma apresentação condensada do texto, esse tipo de resumo não deve conter comentários pessoais ou julgamentos de valor, da mesma maneira que não deve formular críticas. Deve ser seletivo e não mera repetição sintetizada de todas as idéias do autor. Utilizam-se, de preferência, as próprias palavras de quem fez o resumo; quando cita as do autor, apresenta-as entre aspas. Não sendo uma enumeração de tópicos, o resumo informativo ou analítico deve ser composto de uma seqüência corrente de frases concisas. Ao final do resumo, indicam-se as palavras-chave do texto. Da mesma forma que na redação de fichas, procura-se evitar expressões tais como: o autor disse, o autor falou, segundo o autor ou segundo ele, a seguir, este livro (ou artigo, ou documento) e outras do gênero, ou seja, todas as palavras supérfluas. Deve-se dar preferência à forma impessoal.

c) **crítico** – quando se formula um julgamento sobre o trabalho. É a crítica da forma, no que se refere aos aspectos metodológicos; do conteúdo; do desenvolvimento da lógica da demonstração; da técnica de apresentação das idéias principais. No resumo crítico não pode haver citações.

3.7 FICHAMENTO

Lakatos; Marconi (2001, p. 48), expõe que à “medida que o pesquisador tem em mãos as fontes de referência, deve transcrever os dados em fichas, com o máximo de exatidão e cuidado [...]”.

“A estrutura das fichas, de qualquer tipo, compreende três partes principais: cabeçalho, referência bibliográfica e corpo ou texto. As outras, optativas, são, em ordem de seqüência, principalmente nas fichas bibliográficas, a indicação da obra (quem, principalmente deve lê-la) e o local em que ela pode ser encontrada (qual biblioteca)”(LAKATOS; MARCONI, 2001, p.52).

Para aprofundamento do tema, poderá ser consultada a obra LAKATOS; MARCONI (2001, p. 48-72), apresentada em < 6. BIBLIOGRAFIA <6.1 <SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS.

4. NORMAS

4.1 CITAÇÕES

Citação é o registro de conteúdo transcrito a partir de outra fonte para confirmar, contrapor ou ilustrar o assunto apresentado.

Severino (2007, p. 174), afirma que as “citações são os elementos retirados dos documentos pesquisados durante a leitura de documentação e que revelam úteis para corroborar as idéias desenvolvidas pelo autor no decorrer do seu raciocínio”.

Conforme, Cornelsen; Müller (2007, p. 32) “é obrigatório, pois ao autor do trabalho, indicar os dados completos das fontes de onde foram extraídas as citações, seja em nota de rodapé, ou em lista ao fim do trabalho. A opção é do autor”.

Para aprofundar o assunto, poderá ser consultada a obra de CORNELSEN; MÜLLER (2007, p. 31-46) e SEVERINO (2007, p. 174-181), que constam em < 6. BIBLIOGRAFIA < 6.1 SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS.

4.2 REFERÊNCIAS

Referências é a indicação das fontes bibliográficas que fundamentaram o projeto, conforme consta no item 9 do documento: COMO ENCAMINHAR UMA PESQUISA?

É um elemento obrigatório devendo ser inclusa a bibliografia efetivamente consultada e mencionada no texto.

Para Severino (2007, p. 182), os elementos mais importantes em uma referência bibliográfica, são: “autor, título do documento, edição, local da publicação, editora e data”.

“As referências das obras citadas no texto, e não indicadas em nota de rodapé, devem ser relacionadas em lista específica de acordo com o sistema de chamada utilizado para citação: numérico ou autor-data” (CORNELSEN; MÜLLER, 2007, p. 83).

Considerando o “sistema de chamada autor-data” mais utilizado, segue abaixo a sua forma de apresentação:

1. Manter todas as linhas no parágrafo à margem esquerda;

2. Iniciar com sobrenome do autor em letras maiúsculas, em seguida acrescentar vírgula (,), escrever o nome com letras maiúsculas e minúsculas;

Exemplo:

LAKATOS, Eva Maria

3. Se houver mais de um autor escrever na mesma ordem anterior, seqüenciado em ordem alfabética, separando-os por ponto e vírgula (;);

Exemplo:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade

4. Após o nome do autor, acrescentar ponto final (.) escrevendo em seguida o nome da obra em letras maiúsculas e minúsculas e ponto final (.). O nome da fonte citada, deverá apresentar em negrito.

Exemplo:

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social : Métodos e Técnicas.

5. Em seguida, na mesma linha se houver espaço, identificar o local de edição da obra com inicial maiúscula, seguido por dois pontos (:);

Exemplo:

PESCUMA, Derna. Projeto de Pesquisa. São Paulo:

6. Indicar a editora com letra inicial maiúscula, seguida de vírgula (,) e ano de edição, encerrar com ponto final (.);

Exemplo:

PESCUMA, Derna. Projeto de Pesquisa. São Paulo: Olho D' Água, 2005.

7. A partir da 2ª edição, deverá ser identificado após o nome da obra e o ponto final, de forma abreviada, citando algarismo seguido de ponto final (.) e a palavra ed., se a obra apresenta como revisada e atualizada, acrescentar após a abreviatura anterior as seguintes abreviaturas: rev. e atual.

Exemplo:

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

8. Citação de autor de capítulo incluído em obra de outro autor, deverá iniciar a referência pelo autor do capítulo citado e o nome do texto. Na sequência a abreviatura In seguida por dois pontos (:), apresentando em seguida o autor e nome da obra, acompanhando as mesmas regras citadas anteriormente, exceto o destaque em negrito do nome da obra.

Exemplo:

DALAROSA, Adair Ângelo. Pesquisa e Metodologia na Universidade. In: LOMBARDI, José C. Pesquisa em Educação. História, Filosofia e Temas transversais. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

A página deve ser aberta com a palavra "Referências".

Obs.: Para aprofundar este assunto, poderá ser consultada a obra de CORNELSEN; MÜLLER (2007, p. 82-83 e 125-155) e SEVERINO (2007, p. 182-187), apresentadas em < 6. BIBLIOGRAFIA < 6.1 SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS.

4.3 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Poderá ser indicada a bibliografia utilizada para estudos relativos ao tema, “que embora não citados, foram importantes para o embasamento teórico – crítico do trabalho” (CORNELSEN; MÜLLER, 2007, p. 86).

Exemplo:

Bibliografia Complementar

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho Pedagógico: da Fragmentação a Unilateralidade Possível**. In: FERREIRA, Naura S. C. & AGUIAR, Márcia A. S. (Orgs.). *Para Onde Vão a Orientação e a Supervisão Educacional?* 2.ed. Campinas: Papyrus, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval (et al). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Silvana Aparecida. **Políticas Públicas Educacionais no Paraná e a Gestão Compartilhada (1995-2002)**. In: LIMA, Antonio Bosco de (Org.). *Estado, Políticas Educacionais e Gestão Compartilhada*. São Paulo: Xamã, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. & RESENDE, Lúcia M. G. de (Orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

A descrição da bibliografia consultada segue as mesmas regras de apresentação de referências. Ver < 4.2 REFERÊNCIAS.

5. MODELO

5.1 PROJETO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE

MEIRE DE FÁTIMA VILA

PROJETO
O PAPEL DO PEDAGOGO
E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA

Londrina
2007

MEIRE DE FÁTIMA VILA

PROJETO
O PAPEL DO PEDAGOGO
E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA

Projeto apresentado ao Curso PDE – SEED, na área de Pedagogo, encaminhado pela Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof. Mda Sílvia Alves dos Santos

Londrina
2007

1. TEMA

O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola

2. PROBLEMA

Devido às mudanças ocorridas no processo ensino-aprendizagem nas últimas décadas e o aumento compulsivo da demanda, determinado pela legislação vigente e a imposição social, a escola pública têm assumido diversos papéis, tais como: encaminhamento e acompanhamento assistencialistas e judiciários, envolvimento em projetos sociais e comunitários, dentre outros. Soma-se a isso, a preocupação em manter sua população com “frequência regular” e “aproveitamento acadêmico satisfatório” para todos os educandos, buscando evitar e corrigir a evasão e repetência.

Essa diversidade e inconsistência que ocorre no trabalho escolar causam uma desorganização dos papéis, fazendo com que os profissionais desvinculem de sua prática para assumir outras determinações de ordem superior ou ocasionadas no próprio cotidiano escolar, tornando-se confuso a especificidade do trabalho de cada um. A organização do trabalho pedagógico na escola pública constitui-se em sua maioria de forma burocrática, mas ao concretizar, os papéis tomam formas indefinidas com caminhos dispersos.

Embora, no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, os papéis apresentam com linhas bem definidas, no dia a dia, no entanto, os profissionais buscam em maior parte do tempo resolver as situações de conflitos que surgem repentinamente. Isso acaba deixando em segundo plano o objeto maior que é a preocupação com a efetivação do ensino-aprendizagem.

Neste contexto encontra-se o pedagogo, que por ocupar um espaço amplo na unidade de ensino, acaba-se muitas vezes, sendo influenciado por essa prática, tornando-se um ponto de apoio para as demais funções da escola, na resolução imediata e emergente de conflitos e problemas. Isso faz com que perca de vista no interior da escola, a característica principal deste profissional que é planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada com os demais profissionais, buscando a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

A dificuldade apresentada, leva à seguinte questão: **Como conduzir o processo pedagógico na escola de forma coletiva, articulada e compartilhada, porém com papéis definidos em suas especificidades?**

3. JUSTIFICATIVA

A escolha por esse tema se fez devido às dificuldades encontradas pelo Pedagogo na organização do trabalho pedagógico e na efetivação da sua prática no interior da escola.

Como Pedagoga em uma escola pública, sinto dificuldades para a organização do trabalho pedagógico, sendo que as diversidades de funções que são determinadas ao Pedagogo através das ocorrências conflituosas do cotidiano escolar tomam conta da maior parte do tempo. Acrescenta-se aqui, a resistência de alguns profissionais em assumir sua verdadeira posição de trabalho, além de contrapor-se em sua prática nas decisões tomadas coletivamente, tornando-se confusas as regras e ações estabelecidas. Esse jogo de forças no interior da escola acaba delineando diferentes linhas ou métodos no trabalho pedagógico. Isso faz com que o objeto de trabalho se dispersa, gerando indisciplina entre educadores e educandos, o que aumenta ainda mais os conflitos internos.

O Pedagogo ocupa um espaço amplo na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador na organização e efetivação do processo de formação cultural que se dá no interior da escola. Porém, muitas vezes suas tarefas são confundidas, tornando-se apenas um instrumento de substituição em faltas e carências funcionais e cumpridor de atividades corriqueiras do dia a dia, não havendo um planejamento prévio ou organizacional. São tarefas voltadas ao imediatismo, sem a preocupação com os resultados da ação para longo prazo.

É preciso que o Pedagogo seja capaz de desenvolver com habilidade e segurança sua competência profissional. Buscar o respeito de todos os demais profissionais da escola, com a preocupação voltada para melhores resultados frente aos problemas educacionais, e conseqüentemente definir o papel profissional de cada um no ambiente escolar, integrando-se diferentes funções com objetivos comuns.

Portanto, faz-se necessário um estudo mais aprofundado com relação às questões apresentadas, contrapondo a realidade escolar com as teorias que possa levar o Pedagogo a rever através de uma reflexão crítica, o seu papel, e a partir daí

tomar sua posição na organização e efetivação do trabalho pedagógico de forma coletiva e articulada com os demais profissionais, podendo interferir na prática com maior clareza de funções e papéis.

4. OBJETIVOS:

4.1. Objetivo Geral:

Organizar de forma sistemática o trabalho pedagógico, situando a função específica de cada um no ambiente escolar, destacando a especificidade do Pedagogo no contexto educacional.

4.2. Objetivos Específicos:

- Identificar as principais dificuldades encontradas pelo Pedagogo na organização e efetivação do trabalho pedagógico;
- Definir o papel do Pedagogo dentre as demais funções profissionais existentes na escola;
- Planejar o trabalho pedagógico como um conjunto de atividades organicamente articuladas, definidas a partir das necessidades da educação escolar;
- Definir uma linha de trabalho, a partir do planejamento voltado ao bom desempenho da prática pedagógica e administrativa, de forma a buscar o comprometimento de todos para o sucesso das atividades escolares.

5. HIPÓTESES:

1º - Nossa primeira hipótese é a ausência de planejamento organizacional e pedagógico;

2º - Nossa segunda hipótese é a falta de definição clara de papéis no interior da escola;

3º- Nossa terceira hipótese é a falta de comprometimento de alguns profissionais, tornando-se o trabalho árduo e cumulativo para o demais;

4º- Nossa quarta hipótese é a existência de relações desvinculadas de trabalho, não havendo articulação para um objetivo comum entre os profissionais de diferentes funções e às vezes seus pares, tornando conflituosas as relações de poder.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

A presença do Pedagogo é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas. É esse profissional o articulador do processo ensino-aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

Saviani reforça a necessidade do papel do pedagogo na organização do processo de formação cultural.

O pedagogo escolar é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas. Daí a necessidade de um espaço organizado de forma sistemática com o objetivo de possibilitar o acesso à cultura erudita (SAVIANI, 1985, p.28).

É preciso definir papéis na escola, a partir de referencial teórico, situando a importância da função específica de cada um, de forma articulada coletivamente.

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares, seja nas tarefas que ajudem os professores no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto pedagógico – político coerente. – O trabalho do orientador educacional é de acessoria ao processo ensino-aprendizagem, desenvolvido na relação professor – aluno. Requer, portanto, o conhecimento não apenas dos alunos, mas também das condições concretas, pessoais e profissionais dos professores. Este conhecimento implica na compreensão de que professor e orientador têm tarefas diferentes, numa luta comum (PIMENTA, 1985, p.33-35).

Conforme Paro (2006), a proposta de uma gestão democrática da escola pública com efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários é algo desejável do ponto de vista da solução de problemas, partindo da tomada de consciência das condições e contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola. É preciso ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

A prática pedagógica e administrativa deve orientar-se com propósitos definidos de forma sistemática e organizados, de forma a garantir à camada trabalhadora que frequenta a escola, a apropriação do saber historicamente produzido pela humanidade.

[...] é urgente que se estabeleçam padrões mínimos de qualidade a serem alcançados por meio do oferecimento de conteúdos relevantes e de métodos pedagógicos consentâneos com os objetivos democráticos da escola, ao mesmo tempo que se desenvolvam processos coletivos de avaliação de todo o processo escolar que permitam subsidiar e controlar a efetiva busca desses objetivos (PARO, 2006, p.14).

Pimenta (2006), apresenta as mudanças e definições ocorridas no curso de Pedagogia, que foi instituído no Brasil em 1939, identificando as diferentes fases profissionais do Pedagogo. Inicialmente o curso formava bacharel denominado Técnico em Educação, passando depois para bacharéis e licenciados de diferentes disciplinas de cursos ginasial e normal. Com o Parecer CFE 262/69 é instituído a formação de especialistas em administração escolar, supervisão pedagógica e orientação educacional.

O decorrer da história aponta para uma sucessão de ambigüidades e indefinições, com repercussões no desenvolvimento teórico do campo de conhecimento e na formação intelectual e profissional do pedagogo.

É vasto o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia. É uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa, buscando a explicitação de objetivos e formas de intervenção metodológica e para a organização do processo educativo.

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modo de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. [...] é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações (LIBÂNEO, 2006, p.116-117).

Na prática escolar, observa-se que a diversidade de funções que são atribuídas ao Pedagogo através das ocorrências disciplinares e conflituosas do cotidiano toma conta da maior parte do tempo que poderia ser estendido para a organização do trabalho pedagógico. Muitas vezes seu papel se dispersa com

tarefas voltadas ao imediatismo, tornando-se apenas instrumento para suprir as faltas e carências da escola, tanto no âmbito funcional quanto físico ou material.

[...] a situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em condições deficitárias, falta de material didático, distribuição da merenda, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incubam da solução dos problemas imediatos (PIMENTA, 1991, p.177).

A escola pública nas últimas décadas vem assumindo muitos papéis inerentes a ela, porém diferenciando-se quase nada em sua estrutura física, material ou organizacional. Isso vêm causando uma desorganização de papéis, fazendo com que os profissionais desvinculem de sua prática para assumir outras determinações de ordem superior ou ocasionadas no próprio cotidiano escolar, tornando-se confuso a especificidade do trabalho de cada um. Daí, a importância de um planejamento construído democraticamente, a partir das necessidades da escola pública, de forma, que possa definir com precisão os papéis de cada um no seu interior.

Conforme Libâneo (2004, p. 149), sem planejamento, a gestão corre ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas, os resultados não são avaliados.

Grinspun (2006, p.106), referindo-se a organização da escola, diz que só através de uma organização clara e precisa para todos é que teremos condição de entender por quê, para quê e como se organiza a escola onde trabalhamos.

No dia-a-dia enfrentam-se situações que exigem planejamento, porém nem sempre formalizado. No momento em que a realidade se torna mais complexa, somos obrigados a uma maior sistematização de pensamento e de ação para poder compreendê-la e transformá-la (DALMAS, 1994, p.23).

Neste contexto, o pedagogo é um articulador do processo ensino-aprendizagem, de forma a contribuir com o bom desempenho da prática pedagógica e conseqüentemente tornar a escola menos seletiva e mais espaço de possibilidade de acesso à cultura acumulada pela humanidade, ou seja, do conhecimento elaborado, do saber sistematizado e da cultura erudita.

Para isso, as ações devem ser planejadas e sistematizadas, garantindo assim, a clareza da efetivação e a reflexão – ação.

7. METODOLOGIA

A pesquisa partirá da problemática levantada na realidade escolar. Levando em consideração os objetivos delineados, seguirá para o estudo teórico. Retornará, em seguida, à realidade, buscando a transformação do objeto da pesquisa.

Por meio das hipóteses e do conhecimento teórico, dará início à pesquisa de campo, envolvendo os múltiplos elementos e as dimensões do problema. Constituirá de análise da totalidade no interior da escola, incluindo todos os setores, partindo para o específico, ou seja, o trabalho do pedagogo, buscando a apreensão da realidade e a unidade ou discrepância entre teoria e prática.

Dessa forma será dada ênfase aos aspectos qualitativos, utilizando como instrumentos de coleta de dados, entrevista com professores, funcionários, pedagogos, diretor e alunos; análise de documentos incluindo o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.); observações.

Os dados obtidos serão organizados em caderno de registro pessoal do pesquisador, de acordo com a ordem da pesquisa.

A revisão bibliográfica será feita por meio de leitura ordenada de acordo com a problemática e a fundamentação teórica, com resenha de cada obra, destacando os pontos abordados pelos autores relativos ao tema da pesquisa.

A partir do trabalho mencionado, passará para a realização da proposta de intervenção na escola.

A intervenção ocorrerá através de grupos de estudos entre os pedagogos, a ser realizado semanalmente, onde serão discutidos temas pertinentes à organização da prática pedagógica, buscando a partir daí, intervir no cotidiano escolar de forma coletiva e organizada.

As ações serão planejadas com antecedência após reflexão conjunta referentes às necessidades existentes.

Para encaminhar as atividades serão tomados como eixos sustentadores os cinco passos propostos por (SAVIANI / GASPARIN, 2005).

No 1º passo, a “Prática Inicial do Conteúdo – o que os alunos e o professor já sabem”, o grupo será mobilizado através de questionamentos referentes à prática

atual do pedagogo na escola: quem é o pedagogo? O que ele faz? Qual o seu papel diante dos diferentes setores da escola? Como ele é visto na escola pelo diretor, pelos professores, pelos funcionários, pelos alunos, pelos pais, pelos demais colegas?

Ao iniciar este trabalho, o grupo será informado de que o tema será abordado através do processo teórico – metodológico que tem como suporte o materialismo histórico dialético, tendo a finalidade de transformação da prática social.

Tomando o diálogo como integração dos conteúdos a serem abordados posteriormente, será explicitado o que o grupo já sabe e o que gostariam de saber a mais, passando após essa análise para o passo seguinte.

No 2º passo, a “Problematização – explicitação dos principais problemas da prática social”, serão selecionados as principais interrogações levantadas na prática pedagógica, com referência ao papel do pedagogo. Essas questões, em consonância com o plano de trabalho: O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola orientarão todo o trabalho a ser desenvolvido com o grupo. Buscará se, então, verificar que implicações esse conteúdo possui para a prática, definindo as principais questões que poderão ser encaminhadas e resolvidas.

No 3º passo, a “Instrumentalização – ações didático – pedagógicas para a aprendizagem”, ocorrerá a partir das questões levantadas na Prática Social Inicial e sistematizadas na problematização confrontando o grupo com o conteúdo, através da apresentação sistemática, levando-os a se apropriarem desse conhecimento, podendo transformar em instrumento de construção pessoal e profissional. Neste momento, o grupo estabelecerá uma comparação intelectual entre seus conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, apropriando-se do conhecimento socialmente produzido e sistematizado para enfrentar e responder aos problemas levantados.

Desta maneira, serão utilizados os seguintes textos:

- a) GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

- b) SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- c) PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- d) DALMAS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- e) Análise da entrevista realizada com todos os setores da escola.
- f) Apresentação do CD **Pesquisa – Encaminhamento Básico**, o qual servirá de apoio às atividades de planejamento e pesquisa.

No 4º passo, a “Catarse – expressão elaborada da nova forma de entender a prática social”, acontecerá por meio de síntese, solicitando ao grupo o quanto se aproximou da solução dos problemas anteriormente levantados, marcando sua posição em relação ao conteúdo e à forma de sua construção social e sua reconstrução na prática pedagógica.

No 5º passo, a “Prática Social Final do Conteúdo – nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido”, será o retorno à Prática Social. Esta fase representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos, evidenciando o propósito de ação e como pretende traduzi-lo no seu dia – a – dia. Neste momento, com base no conteúdo trabalhado, será elaborado pelo grupo, um plano de ação para a organização do trabalho pedagógico na escola, evidenciando o papel do pedagogo. Essa previsão de trabalho será desenvolvida pelo grupo durante o ano letivo, com retomadas periódicas, utilizando sempre os cinco passos sugeridos por SAVIANI / GASPARIN.

A proposta será desenvolvida no Colégio Estadual José Siqueira Rosas – Ensino Fundamental e Médio, situado no município de Rosário do Ivaí, região norte do Paraná.

Concluído o processo de pesquisa e intervenção, após análise, será redigido o relatório, que constituirá em um artigo científico.

9. CRONOGRAMA:

MÊS	ANO	ATIVIDADE
Maio a Outubro	2007	Leitura
Fevereiro a Novembro	2008	Leitura
Maio a Dezembro	2007	Orientação
Fevereiro a Dezembro	2008	Orientação
Junho e Julho	2007	Elaboração do Plano de Trabalho
Junho a Outubro	2007	Fichamentos e Resenhas
Fevereiro a Novembro	2008	Fichamentos e Resenhas
Julho	2007	Conclusão do Plano de Trabalho
Agosto	2007	Análise de Documentos
Setembro	2007	Entrevistas
Fevereiro a Maio	2008	Intervenção
Junho a Agosto	2008	Análise da Pesquisa
Setembro a Dezembro	2008	Escrita Texto Final

10. REFERÊNCIAS

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia Pesquisa Educacional. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: Conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 3.ed.ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Que Destino os Educadores Darão à Pedagogia?** In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). Pedagogia, Ciência da Educação? 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Orientador Educacional ou Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n.9, p.29-37,1985.

_____ (coord.). **Pedagogia, Ciência da Educação?** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n.9, p.27-28,1985.

9.1. Bibliografia Complementar

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho Pedagógico: da Fragmentação a Unilateralidade Possível**. In: FERREIRA, Naura S. C. & AGUIAR, Márcia A. S. (Orgs.). Para Onde Vão a Orientação e a Supervisão Educacional? 2.ed. Campinas: Papyrus, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____ (et al). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Silvana Aparecida. **Políticas Públicas Educacionais no Paraná e a Gestão Compartilhada (1995-2002)**. In: LIMA, Antonio Bosco de (Org.). Estado, Políticas Educacionais e Gestão Compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. & RESENDE, Lúcia M. G. de (Orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

MEIRE DE FÁTIMA VILA
Professora PDE

SÍLVIA ALVES DOS SANTOS
Professora Orientadora

5.2 ARTIGO CIENTÍFICO

PAPEL DO PEDAGOGO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA

VILA, Meire de Fátima¹

“As mudanças céleres do mundo atual requerem da escola o repensar das ações direcionadas a reconstruir o processo pedagógico diante de realidades altamente desafiadoras e complexas...”

Maria do Carmo Maccariello

RESUMO

O estudo focaliza o papel do pedagogo na organização do trabalho escolar, tendo como objetivo a sistematização do trabalho pedagógico, situando a função específica deste profissional no contexto escolar. Partindo da problemática levantada, que aponta para a descaracterização do papel do pedagogo no interior da escola, o trabalho encaminhou-se com base no materialismo histórico, dando ênfase à abordagem qualitativa, utilizando-se de observações e entrevistas, bem como da pesquisa bibliográfica, buscando responder às questões levantadas na problemática através dos estudos literários pertinentes ao tema. A realização da pesquisa, trouxe a confirmação da problemática levantada. O profissional “pedagogo”, encontra-se fragilizado em seu papel na maioria das escolas públicas. Suas tarefas se concretizam indefinidamente deixando-se levar ao acaso, de acordo com as necessidades diárias. Este profissional tornou-se um multitarefeiro no ambiente escolar, desempenhando diferentes funções, pertinentes ou não ao cargo que ocupa. Tomando como ponto de partida, aspectos relevantes que influenciaram a prática deste profissional ao longo da história, sugere-se um estudo periódico entre os pedagogos, contrapondo a realidade escolar com as teorias que possam levá-los a rever através de uma reflexão crítica, o seu papel, e a partir daí, tomar sua posição na organização e efetivação do trabalho pedagógico, com planejamento e articulação coletiva junto aos demais segmentos da escola.

Palavras-chave: Pedagogo. Escola. Trabalho Pedagógico.

¹ Professora PDE. Pedagoga da rede estadual da educação básica no estado do Paraná. Atuando na Equipe Pedagógica do Colégio Estadual José Siqueira Rosas – Ensino Fundamental e Médio. Rosário do Ivaí, Paraná.

ABSTRACT

The study focalizes the educator's paper in the organization of the school work, tends as objective the sistematization of the pedagogic work, placing this professional's specific function in the school context. Leaving of the lifted up problem, that it appears for the adulteration of the educator's paper inside the school, the work headed with base in the historical materialism, giving emphasis to the qualitative approach, being used of comments and interviews, as well as of the bibliographical research, looking for to answer to the lifted up subjects in the problem through the pertinent literary studies to the theme. The accomplishment of the research, brought the confirmation of the lifted up problem. The professional " educator ", meets weakened in your role in most of the public schools. Your tasks are rendered letting to take maybe to the indefinitely, in agreement with the daily needs. This professional became a hard task in the school atmosphere, carrying out different functions, pertinent or not to the position that occupies. Taking as starting point, important aspects that you/they influenced this professional's practice along the history, is suggested a periodic study among the educators, opposing the school reality with the theories that can take them to review through a critical reflection, your role, and since then, to take your position in the organization and realization of the pedagogic work, with planning and collective articulation close to the other segments of the school.

Keyword: Educator. School. Pedagogic work.

Introdução

O presente estudo partiu das dificuldades encontradas pelo pedagogo na organização e na efetivação de sua prática no interior da escola. A diversidade de funções que são determinadas através das ocorrências conflituosas do cotidiano escolar, ocupam a maior parte do tempo deste profissional, que acaba secundarizando a sua função específica, em detrimento a outras de cunho pedagógico ou não.

O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador no processo de formação cultural que se dá no interior da escola. Sua presença, é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas. É o mediador no processo ensino - aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

A partir das considerações acima apontadas, este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões teóricas e práticas, referentes ao papel do pedagogo na escola, de forma que possa subsidiar a organização sistemática e prática das atividades pedagógicas e administrativas, situando a função específica deste profissional no contexto educacional.

O texto divide-se em três eixos, sendo:

No eixo 1 - O Papel do Pedagogo e a Legislação Brasileira. Neste item, trabalharemos resgatando aspectos relevantes que influenciaram o papel do pedagogo a partir das leis de diretrizes e bases da educação nacional. Iniciaremos fazendo uma retomada à lei n.º 4.024/61, que explicita em seus artigos a formação do orientador educacional, perpassando em seguida pelas leis 5.540/68, 5.564/68, 5.692/71 e finalizando com a atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases) n.º 9.394/96.

No eixo 2 - O Pedagogo na Educação Paranaense a partir da década de 1990. Aqui, faremos um breve resgate histórico do papel do pedagogo na educação paranaense, a partir dos anos de 1990. Dessa forma, procuraremos demonstrar os caminhos percorridos pelo pedagogo até os dias atuais, bem como os avanços e retrocessos da função.

No eixo 3 - O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola. A partir dos resultados obtidos em pesquisas, neste item discutiremos o papel do pedagogo, apresentando dificuldades vivenciadas por este profissional no interior da escola. Conseqüente a esta análise, faremos uma reflexão referente a organização do trabalho na escola, destacando o papel do pedagogo, de forma a caracterizá-lo no ambiente escolar.

1.1 O Papel do Pedagogo e a Legislação Brasileira

Ao longo da história educacional brasileira, o pedagogo apresenta-se como um profissional com características indefinidas. Com formação no curso de Pedagogia, que não apresenta uma identidade clara a respeito da atuação dos futuros profissionais, atravessa diversas mudanças, desde formação geral a habilitações específicas.

As questões referentes ao campo de estudo da Pedagogia, da estrutura do conhecimento pedagógico, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos e professores, freqüentam o debate em todo o país há quase vinte anos nas várias organizações científicas e profissionais de educadores (LIBÂNEO, 2007, p. 25).

Buscando suprir as necessidades educacionais vivenciadas em cada momento histórico, o pedagogo, tornou-se um profissional mencionado nas leis de

diretrizes e bases da educação nacional, ora como especialista, ora como generalista.

Retomando a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), verifica-se a orientação educacional em destaque, quando estabelece normas para a formação do Orientador Educacional, diferenciando o ensino médio e o ensino primário e “apresenta implicitamente a Orientação Vocacional em vários artigos” [...] (GRINSPUN, 2006, p. 141). Isso pode ser detectado claramente no artigo 38, quando trata da organização do Ensino Médio, estabelece como norma no item V a “instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família (LDB n.º 4.024/61).

A referida lei enfatiza a formação do orientador em seus artigos, conforme abaixo:

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam as condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério (LDB n.º 4.024/61).

Neste caso, mesmo com a lei garantindo a inclusão da orientação educacional, o pedagogo concorre com outros profissionais com formação em curso especial para atender à função.

A Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que reforma o Ensino Superior, apregoa, no seu artigo 30, que “o preparo de especialistas destinadas ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior”.

No ano seguinte, a marca da Reforma Universitária fez-se sentir no curso de pedagogia através do parecer CFE n. 252/69. Já no enunciado de seu título, esse parecer não deixa dúvida quanto ao

profissional, ou melhor, aos profissionais a que se refere ao ser apresentado como o instrumento legal que fixa os mínimos de currículo e duração para o curso de graduação em pedagogia, visando à formação de professores para o ensino normal e de especialista para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares (SILVA, 2006, p. 25-26).

Logo após a promulgação da lei anterior, o orientador educacional ganha força por meio da homologação da Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê o exercício da profissão de orientador educacional. Reza em seu artigo 1º, que a orientação educacional seja realizada de forma que integre os elementos que exercem influência na formação do indivíduo, preparando-o para o exercício das questões básicas.

Segundo Grinspun (2006, p. 154), “o profissional da Orientação Educacional é o único – em termos das especializações – que tem características de profissão regulamentada pela Lei 5564/68 [...]”.

Afirmando, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º graus, no artigo 10., institui a obrigatoriedade da “Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade”.

Na Lei 5692/71, a Orientação Educacional assume um papel fundamental, sendo a área da Orientação Vocacional mais privilegiada para atender aos objetivos de ensino da própria Lei emanados (GRINSPUN, 2006, p. 146).

O artigo 33, da mesma lei, define a formação dos especialistas:

A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas da educação será feito em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós graduação (art. 33, cap. V, LDB 5.692/71).

Contrapondo à lei anterior, a “promulgação da LDB 9.394/96 na década de noventa, gerou impactos substanciais nos cursos de Pedagogia que, por sua vez, se articularam numa ampla movimentação” (SANTOS, 2008, p. 13).

Homologada em 20 de dezembro de 1996, a atual legislação integra as habilitações dos especialistas, a partir da formação:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia

ou em nível de pós – graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (LDB nº 9.394/96).

Grinspun (2006, p. 11), analisa o seguinte:

Aparentemente fácil a integração, torna-se muito difícil na prática esta efetivação uma vez que os saberes / fazeres desses profissionais foram esculpidos historicamente, em forma que se direcionassem para os alunos, no caso da Orientação e para os professores, no caso da Supervisão.

A nova LDB, não especifica claramente a Orientação Educacional. Porém, gera interpretações a respeito em alguns de seus artigos.

Conforme Grinspun (2006, p. 152),

“a lei 9394/96 traz muitos pontos novos, tendo a flexibilização e a autonomia como aspectos principais. É uma Lei que une os diversos níveis de ensino e suas diferentes modalidades. No que tange à Orientação Educacional, [...] não se dará por uma obrigatoriedade explícita, mas pela própria exigência de seus artigos” [...].

Neste sentido, o pedagogo passa a ser um gestor que contribuirá para o cumprimento do estabelecido na Lei n.º 9.394/96, em seu artigo 14, quando define que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com a atual LDB, a organização da escola concretiza-se pela gestão democrática, instituindo a participação de seus membros na tomada de decisões e realização das ações, que são sustentadas pelo projeto pedagógico

construído pelo conjunto de profissionais, com a participação da comunidade escolar e local representadas através das instâncias colegiadas.

1.2 O Pedagogo na Educação Paranaense a Partir da Década de 1990

No Paraná, na década de 1990, o Orientador Educacional, teve a sua função assegurada no interior da escola, pois na ausência deste profissional, a demanda permanecia em aberto, não podendo ser substituído. Enquanto isso, os cargos de Supervisão Escolar e Coordenação poderiam ser preenchidos por professores de diferentes áreas, sendo “cargo de confiança” do diretor, que eleito pela comunidade escolar pelo voto direto, direcionava tais cargos de acordo com seus interesses políticos e/ou pessoais.

Conseqüentemente, passaram por aí, muitos professores competentes à função, embora atuando fora de sua área de formação. Mas, por outro lado, houve o desmerecimento de tantos outros, que encontravam no cargo um meio para “descanso”, fugindo então, dos problemas e compromissos da sala de aula, não havendo, no entanto, comprometimento com a função assumida. Outro ponto crucial neste momento, é que a demanda só poderia ser preenchida por profissionais efetivos, chamado Quadro Próprio do Magistério (QPM), sendo então desvinculados de suas áreas de competência (Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Física, dentre outras), com substituição em suas aulas por meio de contratos temporários, não raras vezes, por profissionais de outras áreas ou disciplinas, como por exemplo, o pedagogo que preencheu esta lacuna, principalmente nas disciplinas de Educação Física e Língua Portuguesa. Essa troca no interior da escola, reforça a descaracterização do papel do pedagogo.

Nos anos 2000, unificou-se as funções dos especialistas, passando de Supervisão Escolar e Orientação Educacional para Equipe Pedagógica, cargo a ser ocupado pelo então denominado “Professor Pedagogo”, não diferenciando uma ou outra função. Desta vez, a formação em Pedagogia é exigência básica para ocupar o cargo, podendo ser profissional efetivo por meio de concurso público, e na falta deste, através de contratos temporários.

O que na época, parecia ser um avanço educacional, principalmente ao pedagogo, foi uma limitação ao seu trabalho. Paralelo a essa mudança, é revogada

a Resolução 5.851/94 em favor da Resolução 3.651/2000, que define o porte das escolas paranaenses. De acordo com a nova distribuição funcional, escolas que contavam com a presença do Supervisor Escolar e o Orientador Educacional, passaram a contar apenas com um profissional desempenhando dupla função. Ou ainda, apenas o diretor exercendo sua função e também a dos especialistas.

Essa ocorrência destacou-se mais no interior do Estado, em municípios predominantemente rurais, onde o fluxo migratório faz-se presente. Houve um impacto para a continuidade do trabalho pedagógico, que na época passava por desfiguradas transformações, tendo que adaptar-se rapidamente à nova realidade.

Nesse sentido, a organização da escola foi-se adaptando à flexibilização, à criatividade, à racionalidade, ao reflexo e impacto da empresa, adequando-se, como pôde, dependendo do grau de “participação” e de organização da comunidade aos princípios mercadológicos do neoliberalismo, traduzidos no empreendedorismo dos sujeitos e na prática voluntária dos cidadãos, que passaram a integrar, interagir e participar das políticas contributivas, construídas a partir do desmonte do Estado (LIMA, 2004, p. 26).

Embora, o Estado tenha avançado muito em termos de políticas públicas educacionais, ainda hoje, o pedagogo exerce dualidade funcional, somando-se a isso na prática, assume diversas tarefas inerentes à sua função.

Norteando a função, o Edital n.º 37/2004 da Secretaria de Estado da Educação, descreve as atividades genéricas do professor pedagogo nos estabelecimentos de ensino da rede estadual. Neste edital integra-se a educação infantil, a educação profissional, o ensino fundamental e o ensino médio. Explicita-se as atribuições do professor pedagogo iniciando com a coordenação para a elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico e do plano de ação da escola. Inclui-se aqui também, o acompanhamento à efetivação das ações propostas nos planos.

Dando seguimento, são enumeradas diversas atribuições relacionadas ao parágrafo anterior, deixando claro que o papel do pedagogo é coordenar, promover, organizar, participar, avaliar e intervir no processo de formação cultural e social que acontece no interior da escola, propiciando o encaminhamento das ações a partir de estudos e reflexões coletivas e também responsabilizando-se “pelo trabalho pedagógico didático desenvolvido na escola pelo coletivo dos profissionais que nela atuam” (PARANÁ, 2004).

Afirmando o documento anterior, o Edital n.º 10/2007 – GS/SEED, que normatiza a “realização do Concurso Público para o provimento de vagas no Cargo de Professor Pedagogo”, apresenta em seu item 2.5 a “descrição das atividades do cargo”, destacando a coordenação do trabalho coletivo na escola, de forma a propiciar a participação, promoção e intervenção na organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar.

As atribuições do pedagogo, apresentadas nos editais acima mencionados, são confirmadas no Regimento Escolar e no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Cabe ao pedagogo em conjunto com os demais setores da escola, direcionar em seu plano de trabalho as ações específicas de sua função no cotidiano escolar, a partir da diretriz geral apresentada nos documentos oficiais.

1.3 O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola

Devido às mudanças ocorridas no processo ensino - aprendizagem e o aumento compulsivo da demanda, determinado pela legislação vigente e a imposição social, nas últimas décadas a escola pública tem assumido diversos papéis, tais como: encaminhamento e acompanhamento assistencialistas e judiciários; envolvimento em projetos sociais e comunitários, dentre outros. Soma-se a isso, a preocupação em manter sua população com “frequência regular” e “aproveitamento acadêmico satisfatório” para todos os educandos, buscando evitar e corrigir a evasão e repetência, bem como a defasagem acadêmica que se acumula ao longo do processo ensino - aprendizagem.

Apesar dessa diversidade que a escola vem assumindo ao longo dos anos, muito pouco diferenciou-se em sua estrutura física, material, humana e organizacional.

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições cada vez piores de funcionamento [...]. A rede pública passa, então, a atender uma população totalmente diversa daquela à qual estava habituada a servir, só que, agora sob precárias condições de funcionamento [...] (PARO, 2006, p. 86).

O fato apresentado, vem causando uma desorganização cada vez maior, dos papéis funcionais, fazendo com que os profissionais se desvinculem de sua função para assumir outras atribuições determinadas por ordem superior ou

ocasionadas no próprio cotidiano escolar, tornando-os confusos quanto a especificidade do trabalho a ser desempenhado por eles, gerando conseqüentemente a indisciplina organizacional.

A organização do trabalho pedagógico na escola pública constitui-se em sua maioria de maneira burocrática, mas ao se concretizar, os papéis tomam formas indefinidas, com caminhos dispersos.

O Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, legalizam o trabalho na escola, servindo-se como ponto de apoio à organização prática. Porém, seus resultados não são observáveis. No cotidiano escolar, os profissionais gastam a maior parte do tempo buscando resolver situações de conflitos que surgem repentinamente, levando-os ao desgaste físico e emocional e em conseqüência à desmotivação profissional. Tal situação, acaba deixando em segundo plano o objeto maior, o qual é a preocupação com a efetivação do ensino - aprendizagem.

Daí a tendência a secundarizar a escola, esvaziando-a de sua função específica, que se liga à socialização do saber elaborado, convertendo-a numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista (SAVIANI, 2005, p. 99).

Neste contexto, encontram-se os pedagogos que atuam nas escolas preenchendo as demandas em equipes pedagógicas. São egressos das diferentes habilitações do Curso de Pedagogia, que vem sofrendo alterações com o tempo, buscando adequar-se a demanda existente tanto no âmbito legislativo quanto no âmbito social. Ora são supervisores escolares, ora são coordenadores pedagógicos, ora são orientadores educacionais e atualmente denominados professores pedagogos, desempenhando diversas funções, vinculadas ou não ao seu papel.

Huberman (1986, p. 8), afirma que “Na verdade, os pedagogos não trabalham com uma disciplina científica aplicada, mas com uma situação de múltiplos determinismos” (apud NÓVOA, 2006, p. 73).

O Pedagogo ocupa um espaço amplo na unidade de ensino, tornando-se um ponto de apoio às demais funções da escola. Embora, não reconhecido em sua especificidade, acaba muitas vezes, sendo influenciado pela prática do imediatismo, socorrendo quotidianamente os conflitos e problemas emergenciais. Suas tarefas são confundidas, tornando-se apenas um instrumento de resolução imediata de conflitos, substituto em carências e faltas funcionais e cumpridor de atividades

corriqueiras do dia - a - dia escolar. Perpassa a impressão de que não há um planejamento prévio ou organizacional referente à sua função. As tarefas são voltadas ao imediatismo, sem a preocupação com os resultados a longo prazo. Encontra-se à disposição, desenvolvendo-se “ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas, os resultados não são avaliados” (LIBÂNEO, 2004, p.149).

A diversidade de funções que são atribuídas ao pedagogo, através das ocorrências disciplinares, infracionais e administrativas, tomam conta da maior parte do tempo o qual poderia ser estendido para a organização e acompanhamento do trabalho pedagógico.

Para Pimenta (1995, p.177),

[...] a situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em condições deficitárias, falta de material didático, distribuição da merenda, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incumbam da solução dos problemas imediatos.

Isso faz com que perca de vista no interior da escola, a característica principal deste profissional que é planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada com os demais profissionais, buscando a efetivação no processo ensino - aprendizagem.

Atualmente, o pedagogo, é o profissional proclamado a apagar os “incêndios na escola”. Descaracterizado, muitas vezes, de seu papel, perpassa múltiplas funções, sendo caracterizado como, porteiro, segurança, substituto de professor, secretário, bibliotecário, auxiliar de diretor, dentre outras.

Vasconcellos (2002, p. 86-87), descreve essas funções como definição negativa do papel:

[...] não é (ou não deveria ser): não é fiscal de professor, não é dedo duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não é tapa buraco (que fica ‘toureando’ os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de

'papel'), não é de gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é generalista (que entende quase nada de quase tudo).

Relatos de professores confirmam a ineficiência dessas ações executadas pelo pedagogo, chegando a ser nomeado "pedabobo".

Nóvoa (2006, p. 72), quando discorre da indetidade profissional dos especialistas, descreve o seguinte: Pedagogo? É uma boa tentativa, mas que oscila entre o ridículo (o 'pedagogo ou pedabobo' do Nelson Mendes) e o pomposo (por vezes a designação parece estar reservada para os 'grandes pedagogos').

É preciso definir papéis na escola, a partir de referencial teórico consistente, situando a importância da função de cada um, de forma articulada coletivamente.

Neste aspecto, a presença do pedagogo é fundamental. É ele que irá articular a organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente a efetivação das propostas. É esse profissional o articulador do processo ensino - aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

O pedagogo é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas. [...] Daí a necessidade de um espaço organizado de forma sistemática com o objetivo de possibilitar o acesso à cultura erudita (SAVIANI, 1985, p. 28).

Pimenta (1985, p. 34), reforça a importância do pedagogo no trabalho coletivo da escola:

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(es) no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto – político coerente.

Portanto, o pedagogo deverá articular coletivamente as ações na escola, de forma, que todos os envolvidos no processo ensino - aprendizagem, possam ter conhecimento de todas as funções que são exercidas na escola e também

competência para direcionar as ações assumindo com responsabilidade a sua área ou função específica. Dessa forma, o pedagogo não será o multitarefeiro, cumpridor de tarefas alheias à sua função, mas desenvolverá um trabalho de “assessoria ao processo ensino - aprendizagem, desenvolvido na relação professor - aluno” (PIMENTA, 1985, p. 35).

A delimitação de papéis na escola não significa a fragmentação de funções, mas a tomada de consciência de que as tarefas são distintas, em prol de uma luta comum, a partir da direção coletiva, onde os resultados emergirão através da prática de cada um, que conseqüentemente retornará ao coletivo de forma positiva ou negativa, dependendo do comprometimento do grupo no desenvolvimento das ações.

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. [...] propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo [...] (VEIGA, 2005, p. 31).

Assim, a luta pela participação coletiva e pela superação dos condicionantes deve compor um só processo, de modo que avanços em um dos campos levem a avanços no outro, de forma contínua e interdependente (PARO, 2006, p. 27).

Por isso, a prática administrativa e pedagógica deve orientar-se por propósitos definidos intencionalmente de forma sistemática, garantindo a concretização das ações pelo coletivo escolar.

No dia-a-dia enfrentam-se situações que exigem planejamento, porém nem sempre formalizado. No momento em que a realidade se torna mais complexa, somos obrigados a uma maior sistematização de pensamento e de ação para poder compreendê-la e transformá-la (DALMÁS, 1994, p. 23).

Daí, a importância da existência do Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente e sistematizado, de forma a garantir a efetivação do processo ensino - aprendizagem, levando em consideração, que a concretização desse processo se faz pela apropriação do conhecimento historicamente produzido, à classe que freqüenta a escola pública, [...] que precisa da escola para ter acesso ao saber

erudito, ao saber sistematizado e, em conseqüência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses (SAVIANI, 2005, p. 80).

O Projeto Político-Pedagógico é o norte para a definição do papel do pedagogo na escola, que conduzirá as ações por meio da organização coletiva, partindo dos princípios da democratização e apoiando-se em referencial teórico que possa garantir uma proposta sólida, com objetivos bem definidos.

Para Veiga (1998, p. 9):

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo.

As ações devem ser planejadas e sistematizadas pelo coletivo escolar, que delimitará o papel e atribuições de seus membros de forma a garantir a reflexão – ação – reflexão, que consistirá na avaliação do processo, possibilitando a (re) tomada de decisões. “Entretanto, a prática, para deixar de ser um simples ativismo, necessita da reflexão, da teoria, dando-lhe um significado e corrigindo possíveis desvios” (MACCARIELLO, 2006, p. 41).

Conforme Dalmás (1994, p. 23):

Pelo pensamento (reflexão), o homem desenvolve níveis cada vez mais aprimorados de discernimento, compreensão e julgamento da realidade, o que lhe favorece uma conduta comprometida com novas situações [...]. Pelo planejamento, o homem organiza e disciplina a ação, tornando-a mais responsável, partindo sempre para ações mais complexas, produtivas e eficazes [...].

O Projeto Político-Pedagógico não é apenas mais um documento a ser elaborado pelo pedagogo para o cumprimento legal de ordens superiores, mas permeia as ações da escola, sendo pensada, articulada e concretizada coletivamente, onde todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso escolar.

Em muitas escolas, o Projeto Político-Pedagógico ainda é um documento com fins legais apenas. É elaborado para cumprimento de exigência da SEED (Secretaria de Estado da Educação) ou NRE (Núcleos Regionais de Ensino). Às vezes até flui da reflexão coletiva, mas cumprindo a exigência documental, é engavetado e esquecido. Até mesmo, alguns Núcleos Regionais de Educação camuflam a identidade do documento, quando exigem das escolas que

desconsiderem a sistematização de aspectos negativos levantados pela comunidade escolar.

É preciso ter claro que:

Para a escola, um projeto ilumina princípios filosóficos, define políticas, racionaliza e organiza ações, otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, facilita a continuidade administrativa, mobiliza os diferentes setores na busca de objetivos comuns e, por ser de domínio público, permite constante acompanhamento e avaliação (NEVES, 2005, p. 112-113).

Tomada consciência coletiva da necessidade do Projeto Político-Pedagógico para a conquista da autonomia da escola, serão menos despendidos os esforços para a (re) elaboração e realização das ações, que terá o pedagogo como condutor do processo pedagógico, articulando as ações de forma coletiva e compartilhada, porém com papéis definidos em suas especificidades.

De acordo com Bussmann (2005, p. 50), “Os especialistas, na condição primeira de professores, estão no processo, fazem parte dele e devem estar atentos à totalidade do mesmo, tanto quanto aos aspectos específicos de sua atuação”.

Nesse aspecto, o pedagogo é um pesquisador e estudioso no ambiente escolar. Deverá permanecer atento as questões didático – pedagógicas, levando sempre em consideração em sua análise o Projeto Político-Pedagógico da escola. Para tanto, deverá ter clareza da sua característica principal, que é planejar, decidir, coordenar, acompanhar, controlar, avaliar e executar ações de forma articulada e planejada com os demais segmentos da escola. Inclui aqui, os demais profissionais dos diversos setores e as instâncias colegiadas, que deverão ser fortalecidas nas escolas, tornando-se representatividade dos diversos segmentos.

É preciso que o pedagogo seja capaz de desenvolver com habilidade e segurança sua competência profissional. Buscar o respeito de todos os demais profissionais da escola com autoridade em sua função, sem cair no autoritarismo, visando melhores resultados frente aos problemas educacionais, e conseqüentemente definir o papel de cada um no ambiente escolar, integrando-se diferentes funções com objetivos comuns.

Ao intervir na realidade escolar, é importante ter clareza às seguintes questões:

- 1) O que está posto?
- 2) O que será realizado?

3) O que se almeja?

A partir das questões levantadas, é necessário que o pedagogo faça inicialmente um estudo prático e teórico de seu papel na escola, de forma que possa identificar e caracterizar sua função específica dentre os demais profissionais, “buscando elementos que permitam compreender as positivities e os limites do trabalho pedagógico, e ampliar suas possibilidades de intervenção” (KUENZER, 2002, p. 47).

Inicialmente, a intervenção poderá ocorrer através de grupos de estudos entre os pedagogos, organizados de forma ordinária, no período de trabalho, de preferência semanalmente, onde serão discutidos temas pertinentes à organização da prática pedagógica, buscando a partir daí, intervir no cotidiano escolar de forma coletiva e organizada, partindo então, da própria prática.

Dessa forma, as ações poderão ser planejadas com antecedência após reflexão conjunta referentes às necessidades existentes.

Para Pinheiro (1998, p. 88):

A sistematização de momentos de discussão coletiva sobre a ação pedagógica – principalmente nos horários de coordenação – permite, de um lado, a identificação, a análise e a busca de soluções conjuntas para dificuldades na relação educativa que perpassam a prática docente; de outro, a troca e o enriquecimento de procedimentos didático – metodológicos.

À medida que o trabalho se desenvolve e o serviço do pedagogo se organiza, poderão ser incluídos neste momento de estudos representantes dos demais setores da escola, de forma que possa garantir a discussão e estudo coletivo das reais necessidades da escola, buscando, a partir daí, concretizar os resultados na prática pedagógica.

Conforme Saviani (2006, p. 60), “[...] é necessário abalar as certezas, desautorizar o senso comum”, buscando na teoria a concretização sólida das ações.

Construir a identidade do pedagogo no âmbito escolar, significa a transposição do senso comum através da construção histórica do conhecimento científico, confrontando teoria e prática, de forma que possa identificar e organizar sistematicamente a área profissional, levando em consideração a função social da escola.

O movimento de superação do senso comum, relativo à consciência verbal – espontânea e fragmentada, [...] para a consciência histórico – crítica – organizada e integrada, requer a compreensão [...] a partir da unidade teoria e prática [...]. A consciência verbal, própria do senso comum, contudo, se constitui na matéria-prima para a elaboração da consciência histórico - crítica (MACCARIELLO, 2006, p. 38-41).

Tomando como referência a tendência histórico – crítica, para a organização do trabalho propõe-se como eixos sustentadores os cinco passos propostos por SAVIANI (2006), confirmados e exemplificados por GASPARIN (2005), conforme proposta de intervenção, utilizada na escola que possibilitou a referência para este trabalho de pesquisa:

- 1º - Prática inicial do conteúdo;
- 2º - Problematização;
- 3º - Instrumentalização;
- 4º - Catarse;
- 5º - Prática social final do conteúdo.

Apoiando-se no processo teórico – metodológico que tem como suporte o materialismo histórico, com a finalidade de transformação social na “Prática inicial do conteúdo”, há o questionamento quanto a prática da situação atual. Exemplo: Quem é o pedagogo? O que ele faz? Qual é o seu papel diante dos diferentes setores da escola? Como ele é visto na escola pelo diretor, pelos professores, pelos funcionários, pelos alunos, pelos pais, pelos demais colegas? É a visão do senso comum.

Tomando o diálogo como integração dos conteúdos, a problematização é a explicitação dos principais problemas levantados na prática. Cabe aqui a sistematização das questões levantadas na “Prática social inicial”. Contrapondo-se em seguida com o conhecimento teórico, na “Instrumentalização” estabelece-se uma comparação entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, aprofundando-se do conhecimento socialmente produzido e sistematizado para enfrentar e responder aos problemas levantados.

A partir da “Instrumentalização”, a nova forma de entender a prática ocorre por meio de síntese, marcando a posição em relação ao conteúdo e à forma de

construção e reconstrução social, denominando-se neste momento “Catarse”. É a fase da conscientização.

A “Catarse” contribuirá para a “Prática social final do conteúdo”, que representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos de estudo e dos conceitos adquiridos, evidenciando o propósito da ação. É o retorno à prática social, com propósitos de transformação da realidade, a partir de um novo conhecimento elaborado. Neste momento, estabelece-se a proposta de intervenção, tendo maior clareza e compreensão da situação levantada na “prática inicial”.

A partir dos estudos realizados, o pedagogo deverá direcionar as suas ações, por meio de planejamento prévio, levando em consideração a política educacional da SEED (Secretaria de Estado da Educação), incluindo as determinações pertinentes à sua função.

Para que as ações tenham sucesso, o pedagogo deverá lutar continuamente por melhores condições de trabalho, com determinações de atendimentos condizentes ao número de pessoal relacionados ao número de turmas, atividades burocráticas e pedagógicas, dentre outras. Diante do atual quadro, o pedagogo encontra-se limitado na realização de suas funções, mesmo que estas sejam organizadas previamente, com a colaboração dos demais profissionais.

Considerações Finais

A pesquisa realizada, demonstrou que o profissional “pedagogo”, encontra-se em fragilização de seu papel em grande parte das escolas públicas estaduais do Paraná.

Somando-se a carência de ordem administrativa, material e humana existente no interior das escolas, a falta de planejamento e organização dos papéis contribui para a descaracterização do pedagogo e conseqüentemente dos demais profissionais.

É preciso definir com clareza a especificidade do trabalho, distinguindo a competência das funções, de forma que cada integrante do grupo seja comprometido, assumindo com coerência e responsabilidade suas ações, vinculando-as ao resultado do processo ensino – aprendizagem.

Nesse aspecto, a presença do pedagogo é fundamental, pois é ele, que irá nortear as ações, que deverão ter como princípio o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Não basta apenas caracterizar a função do pedagogo. É preciso redimensionar esse profissional no interior da escola, de forma que o seu trabalho seja realmente voltado à obtenção de melhores resultados no processo ensino - aprendizagem que acontece na relação professor - aluno na sala de aula.

Para isso, é preciso criar condições que dêem possibilidades ao pedagogo para pôr em prática o seu referencial teórico, limitando o seu espaço de trabalho ao número e características das turmas a serem atendidas, considerando o ideal, não o real.

Conforme pesquisa realizada, há escolas com um único profissional para o atendimento a dez ou mais turmas no seu período de trabalho.

Também deverá ser levado em consideração a divisão do trabalho burocrático e atendimento às demais questões pedagógicas. Soma-se aqui, a Educação Especial, que se encontra no interior da escola, necessitando de uma proximidade maior do pedagogo, tanto com relação ao encaminhamento, quanto ao acompanhamento desses educandos. Para dar um atendimento condizente à realidade, este campo exige um profissional com disponibilidade ao atendimento, não sendo dividido às demais questões educacionais. É um trabalho que exige tempo integral do pedagogo, pois tanto as tarefas práticas quanto as burocráticas são bastantes elevadas e exigem dedicação contínua.

Considerando ainda a diversidade de formação profissional devido as reestruturações sofridas ao curso de pedagogia ao longo do tempo, podendo limitar a atuação deste profissional no campo educacional atual é necessário também criar espaços para estudos no próprio ambiente de trabalho, buscando na teoria, a partir da prática responder as questões relevantes ao seu papel na escola. Para isso, é importante direcionar um cronograma que atenda tal necessidade por meio de horas - estudos, garantindo ao pedagogo a sua formação continuada em serviço.

No entanto, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas, tendo como referencial o papel do pedagogo e as demais funções pedagógicas e administrativas, incluindo os profissionais que exercem funções a nível de Ensino Médio, também considerados “educadores”, podendo contribuir para uma melhor

organização do trabalho pedagógico, porém, parecem alheios às questões pedagógicas e resistentes à participação nas discussões e tomada de decisões.

Se lutamos por uma escola democrática, é preciso que sejamos conscientes do comprometimento e reciprocidade que a democracia exige. A negligência de um membro, poderá comprometer os resultados do trabalho de todos.

Agradecimentos

À Prof^a. Ms. Silvia Alves dos Santos, orientadora, que não mediu esforços para a orientação e acompanhamento à realização deste trabalho. Grande motivadora, direcionando sempre com entusiasmo e segurança o caminho a percorrer, esclarecendo dúvidas e definindo as incertezas.

À minha família, braço amigo de todas as horas. Porto seguro nos momentos tempestuosos, a quem deposito toda a minha confiança.

Aos amigos e colegas, que estiveram presentes torcendo pelo meu sucesso e compreendendo meus momentos de cansaço e fragilidade.

Aos professores e colegas de curso, pelo apoio e companheirismo.

Ao GTR (Grupo de Trabalho em Rede), pedagogos, professores e funcionários que contribuíram com informações importantes para a realização deste estudo.

À Direção e Equipe Pedagógica do Colégio Estadual José Siqueira Rosas – Ensino Fundamental e Médio, pela possibilidade de estudos e implementação da proposta de trabalho.

À Equipe do PDE do NRE, da SEED e da IES, pela disponibilidade de atendimento e esclarecimentos.

À Professora Teodózia Koltun, pela revisão ortográfica.

À Deus, pela luz e proteção em todos os momentos. Fonte de energia e inspiração nos momentos difíceis e incertos.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<<http://www.mp.pr.gov.br/institucional/capoio/cidadania>>. Acesso em: 22 agosto 2008.

_____. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540>. Acesso em: 11 setembro 2008.

_____. **Lei n.º 5.564, de 21 de dezembro de 1968.** Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/orientadoreducacionalprofissao>>. Acesso em: 11 setembro 2008.

_____. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/5/>>. Acesso em 22 agosto 2008.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação Básica da Educação. Brasília, 1996.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. **O Projeto Político – Pedagógico e a Gestão da Escola.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político – Pedagógico da Escola: Uma Construção possível. 20.ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DALMÁS, Angelo. **Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico - Crítica.** 3.ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 3.ed.ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (org.). **Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível.** In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs.). Para Onde vão a Orientação e a Supervisão Educacional. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 5.ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Antonio Bosco de. **Políticas Educacionais e o Processo de “Democratização” da Gestão Educacional.** In: LIMA, Antonio Bosco de (org.). Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.

MACCARIELLO, Maria do Carmo. **A Construção Coletiva da Escola: Consciência, representação e prática social.** In: GRINSPUN, Míriam Paura S. Zippin (org.). Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. **Autonomia da Escola Pública: Um enfoque operacional.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político – Pedagógico da escola: Uma construção possível. 20.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

NÓVOA, António. **As Ciências da Educação e os Processos de Mudança.** In: PIMENTA, Selma Garrido (coord.) Pedagogia, Ciência da Educação?. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Edital nº 10/2007 – GS/SEED.** Normas relativas à realização do Concurso Público para o provimento de vagas no cargo de professor pedagogo. Paraná: SEED, 2007.

_____. **Edital nº 37/2004.** Atividades genéricas do professor pedagogo no ensino da rede estadual do Paraná. Paraná: SEED, 2004.

_____. Gabinete da Secretária. **Resolução nº 3651/2000.** Paraná: SEED, 2000.

_____. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. **Caderno de Apoio para Elaboração do Regimento Escolar.** Curitiba: SEED, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 3.ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública.** 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Orientador Educacional ou Pedagogo.** In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 29-37, 1985.

PINHEIRO, Maria Eveline. **A Ação Coletiva como Referencial para a Organização do Trabalho Pedagógico.** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs.). Escola: Espaço do projeto político – pedagógico. 11.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 38.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Pedagogia Histórico – Crítica: primeiras aproximações.** 9.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo.** In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.

SANTOS, Silvia Alves dos. **Implicações da Reforma do Estado para as Políticas de Formação de Professores nos Cursos de Pedagogia**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 1-17, 2008.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político – pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Perspectivas para Reflexão em torno do Projeto Político – Pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Escola: Espaço do Projeto Político – Pedagógico. 11.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola. Uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível. 20.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Segue abaixo as referências bibliográficas que poderão ser consultadas para aprofundamento do assunto: Pesquisa.

ANDRÉ, Marli E. D.; LUDKE, Menga. **A Pesquisa em Educação – Abordagens Qualitativas**. EPU, 1986.

CORNELSEN, Julce Mary; MÜLLER, Mary Stela. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. 6.ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2007.

DALAROSA, Adair Ângelo. **Pesquisa e Metodologia na Universidade**. In: LOMBARDI, José C. Pesquisa em Educação. História, Filosofia e Temas Transversais. 2.ed. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa como Metodologia de Trabalho**. Revista de Educação AEC, Brasília, n. 90, 1994.

_____. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Diário de Campo: um instrumento de reflexão**. (mimeo).

FILHO, Manuel Barbosa. **Introdução à Pesquisa: métodos, técnicas e instrumentos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos, Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, Publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOROZ, Melania. **O Processo de Pesquisa – Iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio P. **Projeto de Pesquisa – O que é? Como fazer? Um guia para sua elaboração**. São Paulo: Olho D'Água, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira. **Refletindo a Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1996.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

SITES:

www.scielo.br

www.anped.org.br

www.anfope.org.br

www.curriculosemfonteira.br

6.2 REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. Cad. Pesq., São Paulo, v. 36, n. 129, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574200600300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0100-15742006000300007.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. **A Pesquisa no Cotidiano Escolar**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia de Pesquisa Educacional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Pesquisa Participante na Docência a Busca do Diálogo na Construção do Saber**. Série Pesquisa 5: Rosa dos Ventos, 2005. Disponível em: <http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Textos_Videos/Carlos_Rodrigues_Brandão/5_A_PESQUISA_NA_DOCENCIA.pdf>.
- CHARLOT, Bernard. **A Pesquisa Educacional entre Conhecimentos, Políticas e Práticas: especificidades e desafios de uma área de saber**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413_24782006000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S1413-24782006000100002.
- CORNELSEN Julce Mary; MÜLLER, Mary Stela. **Normas e Padrões para teses, dissertações e monografias**. 6. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2007.
- DALAROSA, Adair Ângelo. **Ciência, Pesquisa e Metodologia na Universidade**. In: LOMBARDI, José Claudinei. Pesquisa em Educação: História, Filosofia e Temas Transversais. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador: UNC, 1999.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Diário de Campo: um instrumento de reflexão**. (mimeo).
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Pesquisa com o Cotidiano**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 98, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0101-73302007000100005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI – O Minidicionário da Língua Portuguesa**. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- FRANCO, Maria Amélia Santo. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

[script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300011&lng=pt&nrm=iso](#)>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S1517-97022005000300011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GATTI, Bernadete A. **Estudos Quantitativos em Educação**. Educ. Pesq., São Paulo, v. 30, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S1517-97022004000100002.

_____. **Formação de Grupos e Redes de Intercâmbio em Pesquisa Educacional: dialogia e qualidade**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 30, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S1413-24782005000300010.

_____. **Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo**. Cad. Pesq., São Paulo, n. 113, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 Jan 2008. doi: 10.1590/S0100-15742001000200004.

GUIMARÃES, Sheila Denise. **Pesquisa Colaborativa: uma alternativa na formação do professor para as mídias**. Cif. Inf., Brasília, v. 33, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0100-19652004000100008.

HARDY, Ellen et al. **Comitês de Ética em Pesquisa: Adequação à Resolução 196/96**. Rev. Assoc. Med. Bras., São Paulo, v. 50, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302004000400040&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0104-42302004000400040.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Jan 2008. doi: 10.1590/S1414-49802007000300004.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. **Aproximando Universidade e Escola de Educação Básica pela Pesquisa**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 35, n. 125, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

[script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0100-15742005000200006.

LÜDKE, Menga. **O Professor, Seu Saber e Sua Pesquisa**. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 74, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 Jan 2008. doi: 10.1590/S0101-73302001000100006.

MARQUES, Ruy Garcia et al. **Rumo à Regulamentação da Utilização de Animais no Ensino e na Pesquisa Científica no Brasil**. Acta Cir. Bras., São Paulo, v. 20, n. 3, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502005000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0102-86502005000300013.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Enfoque Fenomenológico de Pesquisa em Educação**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIRANDA, Marília Gouveia de; RESENDE, Anita C. Azevedo. **Sobre a Pesquisa-Ação na Educação e as Armadilhas do Praticismo**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 Jan 2008. doi: 10.1590/S1413-24782006000300011.

MORAES, Sílvia Elizabeth. **Os Buracos da Lousa: reflexões sobre um tema de pesquisa**. Cad. Pesq., São Paulo, v. 36, n. 129, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-742006000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0100-742006000300008.

NUNES, Célia Maria Fernandes. **Saberes Docentes e Formação de Professores: um breve panorama da pesquisa brasileira**. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 74, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0101-73302001000100003.

PESCUMA, Derna. **Projeto de Pesquisa – O que é? Como Fazer?: um guia para sua elaboração**. São Paulo: Olho D'Água, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (et al.). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SARRIERA, Jorge Castellá et al. **A Relação entre Pesquisadores e Escolas Públicas: um diálogo a partir do tempo livre**. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0102-71822007000100012.

SCHRAMM, Fermin Roland. **A Moralidade da Prática de Pesquisa nas Ciências Sociais: aspectos epistemológicos e bioéticos**. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S1413-8123200400300028&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.590/S1413-81232004000300028.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, Maurice; ZOURHLAL, Ahmed. **Difusão da Pesquisa Educacional entre Profissionais de Ensino e Círculos Acadêmicos**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 35, n. 125, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S0100-15742005000200003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

VALLE, Ione Ribeiro. **A Obra do Sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável**. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 33, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-200700010000&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 07 Jan 2008. doi: 10.1590/S1517-97022007000100008.

7. ARTIGOS SUGERIDOS

- 7.1 A Moralidade da Prática de Pesquisa nas Ciências Sociais
- 7.2 A Obra do Sociólogo Pierre Bordiau
- 7.3 A Pesquisa Educacional entre conhecimentos, políticas e práticas
- 7.4 Aproximando Universidade e Escola de Educação Básica pela Pesquisa;
- 7.5 A Relação entre Pesquisadores e Escolas Públicas;
- 7.6 Comitês de Ética em Pesquisa;
- 7.7 Difusão da Pesquisa Educacional entre Profissionais do Ensino e Círculos Acadêmicos;
- 7.8 Doutorado em Educação: Significado e Perspectivas
- 7.9 Estudos Quantitativos em Educação;
- 7.10 Formação de Grupos Intercâmbio em Pesquisa Educacional;
- 7.11 Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo;
- 7.12 O Professor, Seu Saber e Sua Pesquisa;
- 7.13 Os Buracos da Lousa: reflexões sobre um tema de pesquisa;
- 7.14 Pedagogia da Pesquisa-Ação;
- 7.15 Pesquisa Colaborativa;
- 7.16 Pesquisa com o Cotidiano;
- 7.17 Pesquisa Participante na Docência;
- 7.18 Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico;
- 7.19 Rumo à Regulamentação da Utilização de Animais no Ensino e na Pesquisa;
- 7.20 Saberes Docentes e Formação de Professores;
- 7.21 Sobre a Pesquisa-Ação na Educação e as Armadilhas do Praticismo;
- 7.22 Usos e Abusos dos Estudos de Caso.

Para acesso aos artigos sugeridos ver endereço em <6.2 Referências>.